

O cooperativismo habitacional como perspectiva de transformação da sociedade: uma interlocução com o Serviço Social

Célia Maria Teixeira Severo

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS

Reitor

Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor

José Ivo Follmann, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor

Inácio Neutzling

Gerente administrativo

Jacinto Schneider

Cadernos IHU

Ano 7 - Nº 26 - 2009

ISSN: 1806-003X

Editor

Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial

Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta – Unisinos

Prof. MS Gilberto Antônio Faggion – Unisinos

Prof. Dr. Laurício Neumann – Unisinos

Esp. Susana Rocca – Unisinos

Profa. MS Vera Regina Schmitz – Unisinos

Conselho científico

Prof. Dr. Agemir Bavaresco – PUCRS – Doutor em Filosofia

Profa. Dra. Aitziber Mugarra – Universidade de Deusto-Espanha – Doutora em Ciências Econômicas e Empresariais

Prof. Dr. André Filipe Z. de Azevedo – Unisinos – Doutor em Economia

Prof. Dr. Castor M. M. B. Ruiz – Unisinos – Doutor em Filosofia

Dr. Daniel Navas Vega – Centro Internacional de Formação-OIT-Itália – Doutor em Ciências Políticas

Prof. Dr. Edison Gastaldo – Unisinos – Pós-Doutor em Multimeios

Profa. Dra. Élide Hennington - Fundação Oswaldo Cruz - Doutora em Saúde Coletiva

Prof. Dr. Jaime José Zitkosky – UFRGS – Doutor em Educação

Prof. Dr. José Ivo Follmann – Unisinos – Doutor em Sociologia

Prof. Dr. José Luiz Braga – Unisinos – Doutor em Ciências da Informação e da Comunicação

Prof. Dr. Juremir Machado da Silva – PUCRS – Doutor em Sociologia

Prof. Dr. Werner Altmann – Unisinos – Doutor em História Econômica

Responsável técnico

Marilene Maia

Revisão

André Dick

Secretaria

Camila Padilha da Silva

Editoração eletrônica

Rafael Tarcísio Forneck

Impressão

Impressos Portão

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Instituto Humanitas Unisinos

Av. Unisinos, 950, 93022-000 São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.3590-8223 – Fax: 51.3590-8467

www.unisinos.br/ihu

Sumário

<i>Introdução</i>	5
<i>1 O cooperativismo</i>	9
1.1 Princípios do cooperativismo.....	9
1.2 O cooperativismo habitacional	10
<i>2 A intervenção do Serviço Social</i>	14
2.1 Princípios do Código de Ética Profissional dos/as assistentes sociais	14
2.2 A ação do/a assistente social no cooperativismo	16
<i>3 Metodologia</i>	18
3.1 Delineamento da pesquisa	18
3.2 Apresentação das cooperativas	18
3.3 Plano e técnicas de coleta de dados	20
3.3.1 Limites do método.....	21
3.4 Plano e técnicas de análise de dados.....	22
<i>4 Apresentação e análise dos dados</i>	23
4.1 Primeira categoria de análise: inserção do/a profissional de serviço social na cooperativa....	23
4.1.1 Tempo de atuação.....	23
4.1.2 Motivação para a contratação	26
4.2 Segunda categoria de análise: percepção dos/as associados/as sobre a atuação da assistente social.....	27
4.2.1 Pontos positivos e negativos da trajetória da atuação	27
4.2.2 Divergências/convergências das perspectivas da profissional com as da Cooperativa	32
4.3 Terceira categoria de análise: relação entre o trabalho da assistente social e a trajetória de êxito/fracasso da cooperativa	34
4.3.1 Expectativas a partir do ingresso da assistente social	34
4.3.2 Percepção da situação de êxito/fracasso da cooperativa e as contribuições do Serviço Social.....	35
4.4 Percepções dos/as cooperativados/as sobre os princípios do cooperativismo e o papel da assistente social na sua divulgação	36
<i>5 O Serviço Social e o cooperativismo habitacional: algumas percepções</i>	39
<i>Considerações finais</i>	42
<i>Referências bibliográficas</i>	46

Resumo

Reconhecida como uma profissão eminentemente interventiva, o Serviço Social, com base em seu Código de Ética Profissional, vem atuando, ao longo das últimas décadas, nas mais diversas áreas do conhecimento, na busca por desenvolver ações efetivas voltadas para a transformação da realidade social em que se encontra inserido.

O presente trabalho, constituindo um estudo de caso em perspectiva comparada, com abordagem qualitativa e delineamento exploratório, levado a efeito em duas cooperativas do segmento habitacional situadas na cidade de Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul, está inscrito no ponto de intersecção entre os princípios da ética profissional dos/as assistentes sociais e os princípios cooperativistas. Vislumbrou-se, nos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional do/a Assistente Social, uma dimensão que liga, essencialmente, a profissão ao cooperativismo – aqui, especialmente em sua face habitacional.

As conclusões apontam para o reconhecimento da importância das ações da assistente social na

trajetória exitosa das cooperativas, não só por sua ampla experiência, mas, acima de tudo, associada à sua formação teórico-metodológica, técnico-cooperativa e ético-política, pela sua capacidade para a leitura e o acompanhamento dos processos sociais, além do estabelecimento de vínculos e identificação com as causas do movimento.

Considerando os resultados obtidos, buscou-se refletir, avaliar e propor alternativas que contribuam para a potencialização da profissão, pois se visualiza no cooperativismo um *locus* privilegiado para a construção e o fortalecimento das oportunidades de participação dos/as associados/as na transformação das condições geradoras das necessidades individuais através de processos grupais organizativos, na busca pela construção de uma sociedade com mais equidade e justiça social.

Palavras-chave: Código de Ética Profissional do/a Assistente Social, Princípios do Cooperativismo, Cooperativismo Habitacional.

Introdução

O interesse pelas questões relevantes que envolvem o mundo do trabalho e as alternativas encontradas para fazer frente a essa realidade – dentre elas o cooperativismo – é de longa data, e vai à esteira dos grandes temas da atualidade, já tratados por autores como Antunes (1999), Santos (2002), Schneider (1998,1999) e Pochmann (1999 e 2001), pelos quais percebe-se que crescem vertiginosamente as taxas de desemprego, o número de pessoas excluídas e privadas de sua cidadania. Forma-se um mercado laboral onde as relações são cada vez mais precarizadas, com mais exigências de qualificação, ou com subempregos que permitem apenas uma sobrevivência indigna e uma frustração perante a vida a uma grande parcela da população, ainda estupefata diante das mudanças estruturais, tecnológicas, econômicas, políticas e sociais por que passam as sociedades na contemporaneidade.

À luz dos mesmos autores, pode-se afirmar, ainda, que o neoliberalismo, ideologia e racionalidade econômica implantada hegemonicamente no mundo, impôs princípios opostos aos propagados pelo cooperativismo: concorrência de todos contra todos no lugar da solidariedade; a busca desenfreada pelo lucro a qualquer preço e a realização individual no lugar da colaboração para atender os interesses gerais do conjunto da sociedade; a produtividade obtida de forma predatória no lugar do respeito à natureza humana e ao meio ambiente.

É interessante notar que o cenário explicitado anteriormente, conforme Schneider (1998), Drimer e Drimer (1981) e Pinho (1977), já se apresentava, talvez em intensidade um pouco diferente, há mais de cento e cinquenta anos, o que levou os precursores do cooperativismo – que vivenciavam tão difícil realidade econômica e social – a procurar alternativas para libertar os trabalhado-

res da dependência e da exploração capitalista, ou, pelo menos, tentar minorá-la, pela criação de um ambiente social mais justo e condições de vida e de trabalho mais dignas.

Todos os precursores do cooperativismo coincidiam em destacar: a ideia de associação, a ação emancipadora da classe trabalhadora, organizando os interesses da classe por meio da auto-ajuda e não desde o poder, desencadeando iniciativas *de baixo para cima*. Todos pleiteavam também a subordinação do capital ao trabalho, a eliminação do lucro como objetivo último da atividade econômica e sua transformação em excedente que, como meio e não fim, é indispensável a qualquer atividade econômica, bem como a organização cooperativa de toda a economia, baseada na democracia, na equidade e na solidariedade (SCHNEIDER, 1998, p. 33).

Os princípios fundadores do movimento cooperativista são a igualdade e a solidariedade entre seus membros, organizados de forma voluntária e independentemente de particularidades étnicas, religiosas ou de qualquer outro fator de discriminação. Oportunidades e responsabilidades que proporcionam condições de superar a mediocridade do individualismo auto-suficiente e do elitismo excludente, em um movimento de organização coletiva, que busca na cooperação, na autogestão, na participação e na solidariedade a possibilidade de geração de trabalho e renda, envolvendo-se na construção de uma sociedade mais igualitária.

Para um melhor entendimento das dimensões que envolvem o direito e o dever de cada pessoa em tomar parte e responsabilizar-se pelo que acontece nas questões locais, nacionais e internacionais, como cidadãos/ãs participativos/as, enfim, é que se busca contextualizar a perspectiva macro do mundo contemporâneo, a partir da globalização e do neoliberalismo.

Afinal, participação é um dos cinco princípios da democracia. Sem ela, não é possível transfor-

mar em realidade, em parte da história humana, nenhum dos outros princípios: igualdade, liberdade, diversidade e solidariedade e, neste contexto, a gênese do cooperativismo pressupõe efetiva participação.

Dessa forma, entende-se que a participação é um processo que pode ser aprendido e aperfeiçoado pela prática e reflexão.

A qualidade da participação se eleva quando as pessoas aprendem a conhecer a sua realidade; a refletir; a superar contradições reais ou aparentes; a identificar premissas subjacentes; a antecipar consequências; a entender novos significados das palavras; a distinguir efeitos de causas, observações de inferências e fatos de julgamentos. A qualidade de participação aumenta, também, quando as pessoas aprendem a manejar conflitos; clarificar sentimentos e comportamentos; tolerar divergências; respeitar opiniões; adiar gratificações. A qualidade é incrementada quando as pessoas aprendem a organizar e coordenar encontros, assembleias e reuniões; a formar comissões de trabalho; pesquisar problemas; elaborar relatórios; usar meios e técnicas de comunicação. [...] Estas coisas não se adquirem numa sala de aulas, mas na chamada práxis, que é um processo que mistura a prática, a técnica, a invenção e a teoria, colocando-as ao serviço da luta pelos objetivos do povo (BORDENAVE, 1992, p. 72-73).

No aumento do abismo social entre as classes, decorrente da concentração de capital e má distribuição da renda, da predominância do Mercado sobre Estado, do individual sobre o coletivo, e de todas as funestas consequências que o capitalismo globalizado estabeleceu nos últimos anos, é que o/a assistente social encontra o desafio e todas as dificuldades para o desenvolvimento de sua práxis e para o enfrentamento da questão social em suas múltiplas e perversas expressões.

Uma destas expressões, talvez uma das mais latentes na atualidade, é a questão habitacional,

pois com as profundas transformações no mundo do trabalho – mencionadas no início do presente texto – o acesso à habitação ficou cada vez mais distante de grande parte da população.

Sem uma renda justa para morar dignamente, e sem as informações adequadas e suficientes para o enfrentamento do problema, a maioria dos/as cidadãos/ãs encontra sérias dificuldades para evitar o pagamento de aluguel e conquistar a casa própria. Acabam por instalar-se em moradias de baixa qualidade, localizadas em áreas de risco, de preservação ambiental e outras áreas inadequadas, formando vilas irregulares, sem a mínima infraestrutura, geralmente nas periferias, ainda mais distantes do acesso ao trabalho.

[...] no Brasil, assim como em outros países periféricos, a classe trabalhadora tem como alternativa sujeitar-se às soluções fora do mercado legal: autoconstrução em favelas, loteamentos clandestinos na periferia, cortiços em áreas centrais, etc. Nos países periféricos, portanto, o Estado se limita a regular o mercado legal de moradia, deixando por conta da maioria dos trabalhadores a solução de sua moradia em condições precárias e ilegais (SOUZA, 1999, p. 30).

É neste contexto que trabalha o/a Assistente Social e, desde 1980,¹ a categoria descobriu a importância da consideração das dinâmicas das instituições, das relações de poder, das políticas sociais, dos movimentos e as lutas sociais.

Tudo isso está diretamente conectado com o projeto ético-político da profissão dos/as Assistentes Sociais e, por sua vez, com o projeto societário a partir do qual o projeto hegemônico da categoria reelaborou seu *ethos* profissional, segundo Iamamoto (1992), Silva (1995) e Netto (1999), optando pela construção de um mundo estruturado sob uma ótica social e econômica di-

¹ Neste contexto, inicia-se a construção do Projeto Profissional de Ruptura com o conservadorismo que marcou a trajetória histórica e o desenvolvimento da profissão no país. A categoria tenta superar a concepção da assistência social como assistencialismo, situando-a como um direito do/a cidadão/ã e dever do Estado. Por outro lado, amplia-se a participação político-partidária dos/as Assistentes Sociais, bem como a sua organização interna e sua relação com a organização mais geral dos/as trabalhadores/as. Alguns elementos caracterizam este momento de ruptura, em que a base teórica é deslocada do positivismo para a aproximação com o marxismo: desmistifica-se a propalada neutralidade do Serviço Social e define-se um novo projeto político, de transformação social, com idéias de organização e mobilização da sociedade em detrimento das de coerção e consenso. Amplia-se a articulação da realidade brasileira com tudo o que estava acontecendo também na América Latina, com seus espaços contraditórios de luta de classes, orientando-se a profissão em fortalecer a prática institucional em sintonia com os movimentos sociais organizados (SILVA, 1995).

ferente da ótica fundamentada no modo de acumulação capitalista.

Dessa forma, unindo as ideias do movimento cooperativista às suas necessidades, vários grupos em todo o país tentam solucionar o problema habitacional de forma coletiva.

Uma alternativa, já comprovada na prática, é a formação de uma cooperativa habitacional. Nela as pessoas da mesma categoria profissional, moradores de um mesmo bairro, associados de um clube, ou simplesmente um grupo de amigos, reúnem-se para juntos enfrentar todos os passos necessários à conquista da casa própria (DEMHAB/PMPOA, 1996, p. 10).

Percebe-se cada vez mais que o/a Assistente Social – com base teórico-metodológica, ético-política, conhecimento da realidade, ação interventiva e pesquisa – busca “fortalecer a organização e mobilização popular para que os sujeitos sociais envolvidos construam coletivamente estratégias de ação e mobilização popular, para exigirem políticas públicas mais justas, exercendo a cidadania” (VIANA, s/d, p. 3).

Nessa perspectiva, o objetivo do Serviço Social é o de criar espaços democráticos de participação e poder, buscando construir uma cultura cidadã, através da qual o indivíduo vá em busca de sua autonomia e, assim, seja sujeito de sua própria história.

Pelo exposto, vislumbra-se a importância de investigar o papel da atuação dos/as assistentes sociais na organização das cooperativas habitacionais, na atualidade. Como profissão envolvida diretamente na busca pela efetivação das políticas sociais, inclusive a habitacional, espera-se demonstrar sua contribuição – ou não – para a real participação dos associados/as na gestão, controle e aplicação dos recursos da entidade, além de consolidação dos princípios do cooperativismo, através da educação cooperativa e de mediações pedagógicas.

Objetivos

Geral

Compreender como as questões que envolvem a atuação ou não dos/as assistentes sociais

está relacionada com a trajetória das cooperativas, uma vez que os princípios que regem o cooperativismo estão em consonância com os princípios éticos desta categoria profissional.

Específicos

- Verificar se, como e quando ocorreu a inserção do/a profissional de Serviço Social na cooperativa;
- Identificar a percepção que dirigentes, ex-dirigentes e associados/as das referidas cooperativas têm da atuação do/a Assistente Social;
- Perceber a relação entre a atuação do assistente social e a trajetória de êxitos e dificuldades da cooperativa;
- Caracterizar um espaço de reflexão sobre os pontos de conexão entre os princípios fundamentais do Código de Ética Profissional do/a Assistente Social e os princípios do Cooperativismo.

Analisando a situação do Brasil, percebe-se a desigualdade social, política, econômica e cultural vivenciada pela população e que tem raízes na história das relações sociais de dominação e exploração de classe, que resulta das contradições sociais próprias do modo de produção capitalista e que tem como agravantes as discriminações de gênero e raça.

Desde um ponto de vista histórico e sociológico, o trabalho pode ser considerado uma categoria central, se não a mais central das categorias, na vida das sociedades. Com a Reforma protestante, acrescentou-se que todo aquele/a capacitado/a para trabalhar tinha o dever de fazê-lo. A expressão “o trabalho dignifica o homem” é de origem cristã e o protestantismo exacerbou-a.

Entretanto, Weber (2001) associa a ética protestante ao que ele chama de “espírito do capitalismo”, pois, através dessa perspectiva puritana, se restringe o consumo e se libera a busca pela riqueza, favorecendo a acumulação capitalista, através da compulsão à poupança.

Ressonâncias das premissas encontradas na tradição judaico-cristã, que encarava o trabalho

como uma labuta penosa, como punição para o pecado, podem ser encontradas até hoje nas concepções que algumas pessoas têm acerca desta categoria, as quais encontram, ainda, sérias dificuldades para acompanhar e entender as transformações por que passam os processos laborais na atualidade.

Pode-se tentar compreender essas transformações através dos novos paradigmas em que se acha imerso o mundo contemporâneo. Alicerçada em um sistema de produção capitalista, a sociedade aboliu de sua cultura o respeito às várias etapas da vida humana, passando a valorizar a capacidade de produzir bens materiais mais do que o ser humano em si.

Por outro lado, segundo Muraro e Boff (2002), historicamente, sistemas como o patriarcado e o capitalismo não só limitaram o espaço e a participação da mulher na sociedade, como também inibiram a efetivação de seus próprios direitos como práticas justas e igualitárias, através de construções sociais que definem e articulam os âmbitos masculino e feminino, gerando relações de poder, discriminação e subordinação.

Apreende-se também que, de modo geral, vários segmentos sociais e também gestores/as, administradores/as, políticos/as têm preconceito em relação às possibilidades e à legitimidade de uma gestão participativa em empreendimentos que envolvam as camadas populares. E, às vezes, até eles/as próprios/as.

De certa forma, percebe-se que algumas pessoas, principalmente os jovens, têm tentado preparar-se para enfrentar as mudanças do mundo do trabalho contemporâneo de forma a conquistar o seu espaço nas formas tradicionais de emprego em empresas capitalistas, onde predominam relações de trabalho nem sempre dignas e justas, em uma sociedade globalizada que cultua a beleza, o vigor físico, o individualismo e, principalmente, o consumo.

Nessa perspectiva, outras estão buscando novas alternativas de vida, participação e geração de trabalho e renda em grupos, associações ou ações conjuntas, coletivas e organizadas, onde demonstram que, mobilizados/as, representam uma força incontestável.

Quando as pessoas são estimuladas a participar e estão motivadas, os resultados obtidos serão consideravelmente melhores e, além disso, o próprio processo será um grande aprendizado, possibilitando ao grupo incorporar atitudes de trabalho e de vida pessoal, que certamente promoverão o seu desenvolvimento. A própria possibilidade de participação já proporciona isto, e ainda propicia um clima desafiador (BORGES, 2002, p. 1038).

Concebe-se, então, que as questões que envolvem as mudanças no mundo do trabalho, num contexto de neoliberalismo e globalização, bem como as que não promovem a legitimação e efetivação da cidadania na atualidade, estão diretamente conectadas com a realidade do problema da moradia, e a organização em cooperativas habitacionais pode ser uma alternativa importante para a busca de soluções nesta área.

O cooperativismo autogestionário baseia-se em uma forma de organização que prevê tanto a autonomia quanto o desenvolvimento coletivo. Na medida em que se constitui num projeto de sociedade a longo prazo, propõe-se também uma educação cooperativa voltada para ações que multipliquem esta concepção de economia e de mundo, alterando valores e conceitos, desenvolvendo também tecnologias, com competência técnica e conhecimento científico juntamente com o conhecimento tradicional das comunidades. Desafios da contemporaneidade para assistentes sociais, dirigentes e associados/as comprometidos/as com alternativas ao sistema hegemônico vigente na atualidade.

Considerando a relevância da pesquisa para um maior conhecimento da realidade e das relações estabelecidas entre as cooperativas e o Serviço Social; considerando a perspectiva de promover e contribuir para o desenvolvimento humano, cultural, social, econômico e o bem-estar geral dos sujeitos, consoante com os princípios fundamentais do projeto ético-político-pedagógico da profissão de Assistente Social e sua interface com os princípios cooperativistas; e considerando, ainda, os resultados obtidos, refletir, avaliar e propor alternativas que contribuam para a potencialização da profissão em entidades cooperativistas, é que se justifica o presente projeto.

1 O cooperativismo

1.1 Princípios do cooperativismo

O cooperativismo é uma alternativa concreta para os indivíduos constituírem-se em uma forma solidária de organização que leve em conta princípios e valores ligados à solidariedade, ao equilíbrio social, à sustentabilidade, à complementaridade e à autogestão (ALBUQUERQUE, 2003).

Segundo Schneider (2003), surgiu no final do século XIX na Inglaterra e no Brasil, em 1847. Atualmente, diante do contexto econômico adverso, o tema ressurgiu multiplicando experiências em nível nacional e internacional, propondo uma forma de organização, tanto com autogestão e autonomia quanto com desenvolvimento coletivo.

Ainda segundo este autor, quando se pensa em cooperativas, além da produção e das sobras dos produtos serem compartilhados de forma igualitária entre os/as trabalhadores/as, também a forma de produção e o tipo de produto que se está criando devem ser fatores de avaliação. Um “bem” produzido de forma alienada, fragmentada, repetitiva ou que resulte em agressão ao ambiente deve ser questionado.

Na medida em que se constitui num projeto de sociedade a longo prazo, propõe-se também uma educação cooperativa voltada para os/as associados/as. São necessárias ações que multipliquem esta concepção de economia e de mundo, alterando valores e conceitos, desenvolvendo também tecnologias limpas, com competência técnica e conhecimento científico juntamente com o conhecimento tradicional das comunidades (SCHNEIDER, 2003).

Esses aspectos estão diretamente relacionados com a definição de cooperativa elaborada por Pinho (1966, p. 8-9):

[...] sociedade de pessoas organizadas em bases democráticas, que visam não só suprir seus membros de bens

e serviços como também a realizar determinados programas educativos e sociais. Trata-se [...] de sociedades de pessoas e não de capital, sem interesse lucrativo e com fins econômico-sociais.

Tais associações se diferenciam das empresas de capital por não terem como objetivo primeiro o lucro, mas o trabalho, a moradia, o transporte, a educação, entre outros segmentos ou, no caso de associações que não têm o viés econômico, gerar mudanças na organização do trabalho, culturais ou sociais, econômicas ou políticas. Além disso, o valor do voto do/a associado/a não é medido pelo valor da sua cota, pois “cada homem vale um voto”, independente de qual seja a sua contribuição.

A Aliança Cooperativa Internacional (ACI) (1994) cita os sete principais princípios da doutrina cooperativa:

1. Adesão livre e voluntária: As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e dispostas a assumir as responsabilidades como membros, sem discriminação de gênero, sociais, raciais, políticas ou religiosas;
2. Gestão democrática pelos membros: As cooperativas são organizações democráticas controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e nas tomadas das decisões;
3. Participação econômica dos membros: os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente
4. Autonomia e independência: As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros.
5. Educação, formação e informação: As cooperativas promovem educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos, dos dirigentes e dos trabalhadores de forma a que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas;
6. Intcooperação: As cooperativas servem de forma mais eficaz os seus membros e dão mais força ao movi-

mento cooperativo trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

7. Interesse pela comunidade: As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros.

Com base nestes princípios, e para o suprimento das necessidades coletivas, formam-se as cooperativas dos segmentos: agropecuário, consumo, crédito, educacional, produção, saúde, trabalho, transporte, turismo, lazer e habitacional, entre outros, como alternativas democráticas para práticas econômicas e sociais que promovam o desenvolvimento sustentável das comunidades em que estão inseridas, bem como o crescimento pessoal e coletivo de seus associados/as.

Além disso, as cooperativas proporcionam possibilidades de atuação de profissionais das várias áreas, criando perspectivas de fortalecimento do espaço conquistado, importante em sua interdisciplinaridade, como também propiciando reflexões sobre estas várias práxis, dentre elas a do/a assistente social.

As cooperativas contribuem para o aumento das oportunidades, para a diminuição da desigualdade na distribuição de renda, na medida em que o resultado do produto é dividido entre seus membros, na humanização das relações econômicas – sendo os/as associados/as ao mesmo tempo trabalhadores/as, administradores/as e proprietários/as –, bem como no fortalecimento das instituições democráticas, já que todas as decisões relevantes são tomadas pelos seus membros. Enquanto mecanismo de geração de renda, habitação, consumo, produção, transporte, entre outros, as cooperativas promovem o resgate da cultura política, a identidade entre os sujeitos, contribuindo para melhorar a qualidade de vida da população.

Cabe destacar que neste projeto será focalizado o cooperativismo habitacional, inserido no contexto macro econômico e social, a fim de traçar um pano de fundo para o estudo de caso que se pretende realizar com as duas cooperativas deste segmento.

1.2 O cooperativismo habitacional

Com a intenção de buscar o apoio popular para os dirigentes no poder em 1964, o Estado brasileiro estimulou o cooperativismo habitacional, para, segundo Silva (1992, p.116), “exercer estreito controle sobre as diferentes expressões da questão social em geral e do movimento operário em particular”.

Neste contexto, os movimentos sociais urbanos foram gerados face às contradições de classe manifestadas, principalmente, através da especulação imobiliária, do encarecimento do solo urbano, das moradias e outros, favorecendo, portanto, os interesses do capital em detrimento das necessidades coletivas, como habitação, transporte coletivo, infraestrutura, saneamento, energia etc. (ABREU, CARDOSO e RIBEIRO, 1992).

Ainda, segundo as autoras, dadas as necessidades provenientes da realidade urbana, esses movimentos se organizaram, quase sempre, em função de problemas locais e de interesses imediatos, procurando resistir às condições de vida a que são submetidos e formulando inúmeras reivindicações dirigidas ao Estado, que era visto como o único capaz de atendê-las, uma vez que era ele quem determinava as políticas sociais para o atendimento das populações, assim como normatizava, regulava e intervinha junto às mesmas.

A intensa intervenção estatal, desde a década de 1930, sobre o movimento cooperativista brasileiro, acentuou-se entre 1966 e 1971, quando o Estado passou a responder pela política nacional do cooperativismo (SOUZA, 1999).

Uma das consequências desse processo é que as cooperativas habitacionais acabaram por se tornar sistemas minimizados onde se manifestava a reprodução e legitimação de poder político hegemônico, mas que, contraditoriamente, na medida em que os/as cooperativados/as ampliam sua consciência social e política, podem tornar-se espaços de luta na defesa dos seus interesses coletivos (SILVA, 1992).

Não obstante, a legislação cooperativista brasileira sempre manteve a orientação doutrinária incorporando, paradoxalmente os princípios de Rochdale. Esta contradição do movimento cooperativista onde há, de um lado, o forte controle do Estado sobre os rumos e a forma de organização do movimento e, de outro, a adoção de princípios que pregam a autonomia do movimento, foi a marca do cooperativismo brasileiro até a Constituição de 1988, quando todas as formas de controle pelo Estado foram retiradas (SOUZA, 1999, p.147).

Souza (1999, p. 150) ressalta também que “o Programa de Cooperativas Habitacionais foi utilizado para atender aos interesses dos diversos setores do capital imobiliário, que se apropriaram paulatinamente desta produção: sucessivamente o capital da construção, o capital financeiro e o capital incorporador”.

Já Pastore² (2008) argumenta que “a extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1986, provocou a necessidade de a sociedade, interessada em adquirir sua casa própria, se organizar em sistema de autofinanciamento. É neste contexto que ressurgem as cooperativas habitacionais, no final dos anos 80 e início da década de 90”.

Para melhor contextualizar a questão relativa à habitação no Brasil na atualidade, toma-se por fundamento o estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas, com base nos dados da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, divulgado em novembro de 2007. Segundo o referido estudo da FGV (2007),

O déficit habitacional é a medida das carências de moradia de uma determinada sociedade. Essas carências não se referem exclusivamente à quantidade de moradias que faltam para abrigar as pessoas, mas também às

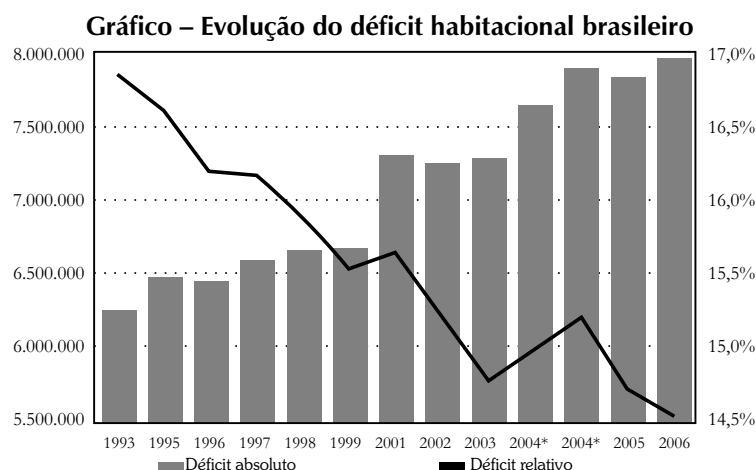
condições das moradias existentes. O déficit pode, também, ser entendido como o crescimento da demanda por habitações combinado com uma ampliação insuficiente das alternativas de moradia, o que se expressa de maneira distinta para as diferentes camadas da sociedade.

O estudo aponta que o déficit habitacional brasileiro atingiu 7,964 milhões de residências em 2006, sendo que o déficit relativo – número de casas existentes dividido pelo de casas necessárias para suprir a demanda – atingiu 14,6%, um recuo de 0,3 ponto percentual sobre 2005.

Exemplificando: os Estados com os maiores déficits são, em termos absolutos, São Paulo (1,517 milhão), Rio de Janeiro (752 mil) e Minas Gerais (632 mil). Em termos relativos, os maiores déficits estão no Maranhão (38,1%), Amazonas (33,7%) e Pará (33,5%). Os menores déficits relativos estão em Santa Catarina (8,8%), Paraná (8,9%) e Espírito Santo (9,8%).

Do total do déficit, 59% referem-se a domicílios considerados “subnormais”, sendo que São Paulo e Rio de Janeiro são os estados que reúnem a maior parte das habitações nessa categoria, conforme mostra o referido estudo. O IBGE considera subnormal o “conjunto constituído por um mínimo de 51 unidades habitacionais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno alheio, disposto, em geral, de forma desordenada, densa e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais” (SALES, 2007). O número de domicílios desse tipo no país em novembro de 2007 é de 1,972 milhão, ainda segundo dados do IBGE. Pode-se melhor observar a evolução do déficit habitacional brasileiro a partir do gráfico 2 do referido estudo da FGV:

² José Eduardo Pastore, especialista em Direito Cooperativo e advogado da Federação das Cooperativas Habitacionais do Estado de São Paulo (FECOOHESP).



Fonte: PNAD, 2006. Elaboração FGV Projetos.

Com base neste cenário, percebe-se que a evolução histórica dos dados mostra que, em termos absolutos, o déficit habitacional tem crescido em todo o país. Constata-se, ainda, que, entre 1993 e 2006, cerca de 1,7 milhão de famílias carecem de habitação adequada.

Outro aspecto importante a ser considerado é que, dos 3,342 milhões de domicílios que com-

põem o déficit em seu componente de rusticidade, 1,972 milhão eram aglomerados subnormais. A tabela 2 do estudo da FGV, apresentada a seguir, demonstra a distribuição desses domicílios por estado e suas características.

Tabela – Características das moradias em aglomerados subnormais, 2006

Unidades da Federação	Domicílios em aglomerados subnormais	(%) de domicílios inadequados				Observância de pelo menos uma das precariedades
		Parede ou cobertura	Água ou esgoto	Propriedade do terreno	Comprometimento da renda	
Rondônia	-	-	-	-	-	-
Acre	-	-	-	-	-	-
Amazonas	86.483	9,69%	97,1%	40,8%	2,9%	98,2%
Roraima	-	-	-	-	-	-
Pará	203.529	1,4%	78,6%	18,0%	1,8%	84,4%
Amapá	-	-	-	-	-	-
Tocantins	-	-	-	-	-	-
Maranhão	13.249	0,0%	100,0%	37,5%	6,2%	100,0%
Piauí	37.632	5,5%	95,9%	21,9%	0,0%	97,3%
Ceará	121.385	1,7%	40,6%	33,8%	2,9%	60,3%
Rio Grande do Norte	-	-	-	-	-	-
Paraíba	49.725	1,9%	64,8%	38,0%	1,9%	83,3%
Pernambuco	77.885	4,4%	74,7%	33,7%	4,1%	80,9%
Alagoas	7.174	0,0%	100,0%	33,3%	0,0%	100,0%
Sergipe	13.866	5,0%	40,0%	42,5%	12,5%	57,5%
Bahia	74.125	3,2%	19,0%	21,2%	4,2%	37,2%
Minas Gerais	140.186	0,0%	15,0%	29,3%	1,4%	41,4%
Espírito Santo	22.296	10,4%	68,7%	20,8%	2,1%	77,1%
Rio de Janeiro	389.438	3,7%	15,8%	33,5%	4,6%	43,3%
São Paulo	624.652	5,0%	42,6%	74,2%	1,7%	81,9%
Paraná	16.943	19,9%	28,1%	43,4%	0,0%	45,8%
Santa Catarina	-	-	-	-	-	-
Rio Grande do Sul	69.151	12,3%	18,7%	64,7%	2,0%	68,1%
Mato Grosso do Sul	3.671	0,0%	91,7%	16,7%	0,0%	91,7%
Mato Grosso	4.192	0,0%	100,0%	15,4%	0,0	100,0%
Goiás	9.715	0,0%	0,0%	17,9%	3,6%	17,9%
Distrito Federal	6.715	9,1%	9,1%	36,4%	12,1%	42,4%
Brasil	1.972.012	4,2%	43,1%	45,2%	2,7%	68,4

Torna-se relevante, ainda, observar que cerca de 68% desses domicílios tinham alguma inadequação relacionada ao material das paredes, da cobertura, de propriedade irregular ou de acesso à infraestrutura. A propriedade irregular é a principal inadequação desses domicílios, seguida pelo acesso deficiente à infraestrutura (água, esgoto ou coleta de lixo). Segundo definição apresentada no referido estudo, “considera-se rústica a habitação cujas paredes são de taipa não revestida, material aproveitado, palha ou outro material, ou cuja cobertura é de madeira, palha, material aproveitado ou outro material” (FGV, 2007, p. 8).

Com base nestes dados, que podem ser considerados expressivos e marcantes, pode-se vislumbrar a dimensão do desafio que se apresenta para os/as trabalhadores brasileiros na atualidade. Neste contexto, o cooperativismo habitacional poderá representar uma alternativa viável de aquisição da casa própria e, conseqüentemente, da melhoria da qualidade de vida de expressiva parcela da população.

Inicia-se agora, para o cooperativismo, uma nova fase de maior autonomia política, técnica e financeira frente ao Governo, permitindo um relacionamento mais maduro e independente e uma colaboração em atividades que não exijam de antemão a destruição de sua especificidade como organização livre, democrática e autônoma e a subordinação e sua instrumentalização, como sucedia antes. Cabe saber se doravante o cooperativismo será conseqüente com a autonomia política, técnica e financeira conquistada e se realmente providenciará as condições e as medidas que viabilizem esta autonomia. Caso contrário continuará a depender do Governo, onde o Estado tem seus próprios objetivos e interesses em vista, que nem sempre coincidem com os objetivos de grandes parcelas e setores da sociedade (SCHNEIDER, 1999, p. 32).

Entretanto, autonomia total não existe porque todo e qualquer movimento social é parte de

uma totalidade que encerra em si própria, germes da estrutura maior na qual se insere. “A conquista da autonomia trata-se de um modo de ser coletivo, um estado de estar em ação, dinâmico, interagindo com semelhanças e diferenças, ganhando e perdendo lutas, mas sempre se posicionando com alguns pontos básicos que delineiam uma proposta própria” (GOHN, 1988, p. 30).

A mesma linha de pensamento é compartilhada por Guattari (1986) que se manifesta afirmando que “a ação autônoma pressupõe a independência do grupo e a produção de condições e relações de vida coletiva que criem um novo campo de subjetividade social a partir das singularidades do sujeito”. Para este autor, a autonomia tem, pois, uma função histórica na construção de uma nova lógica social que rompe a lógica dada pela subjetividade capitalista.

As cooperativas habitacionais são geridas pelos seus sócios. É um empreendimento solidário que se pauta pela autogestão, o que implica na participação de sócios em assembleias, fiscalizando suas contas, as obras que estão sendo executadas etc. Sócios cooperados, portanto, assumem risco, já que são donos de seu negócio. Não são empregados, nem podem ser representados por terceiros, condição esta que afastaria o risco de sua atividade. Atualmente, viabilizar o processo de autogestão é certamente um dos mais árduos obstáculos a serem transpostos em nosso país, tanto pelas cooperativas habitacionais quanto pelo sistema cooperativista (PASTORE, 2008).

Possivelmente, a expansão do cooperativismo habitacional poderá representar um papel fundamental neste contexto, na medida em que fortaleça a organização dos/as trabalhadores/as na luta pela democratização do direito ao acesso à moradia – baseada na cooperação, na solidariedade e na autogestão – a uma importante parcela da população brasileira.

2 A intervenção do Serviço Social

O Serviço Social³ é uma profissão de nível superior, regulamentada pela Lei nº 8.662/93. Possui um Código de Ética Profissional e organizações que fiscalizam e protegem o exercício profissional, como o CFESS – Conselho Federal de Serviço Social e os CRESS – Conselhos Regionais de Serviço Social. O/a assistente social atua no campo das políticas sociais com o compromisso de defesa e garantia dos direitos sociais da população, visando o fortalecimento da democracia. São compromissos do/a assistente social com a população:

- a) Democratizar as informações e o acesso aos programas das instituições, viabilizando a participação da população;
- b) Esclarecer à população usuária sobre o trabalho desenvolvido pelo/a assistente social, resguardado o sigilo profissional;
- c) Respeitar as decisões do usuário/a, mesmo que sejam contrárias aos valores e crenças individuais dos/as profissionais, assegurados os princípios do Código de Ética Profissional do/a Assistente Social;
- d) Informar à população usuária sobre as pesquisas com ela realizadas, bem como sobre a utilização de materiais de registro que impliquem no seu consentimento para serem divulgados publicamente.

A atividade profissional do/a assistente social está fortemente associada à sua formação teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, dependendo de sua capacidade para a leitura e o acompanhamento dos processos sociais, além do estabelecimento de vínculos e identificação com as causas dos vários atores sociais com os quais atua.

Neste aspecto, também para atuar em campos relativamente recentes, como o do cooperativismo, acredita-se que os/as assistentes sociais precisem, antes de tudo, segundo Iamamoto (2001) comprometer-se com a permanente formação e atualização, bem como realizar análises críticas e proposições conectadas com o mundo contemporâneo. E a pesquisa é um dos instrumentos que permitem a produção deste conhecimento.

Do mesmo modo, a inserção deste/a profissional, pelas características abrangentes de sua formação teórico-metodológica, ético-política e técnica-operativa pode contribuir – e muito – para o desenvolvimento do cooperativismo e de uma sociedade mais justa, autônoma e igualitária, na medida em que ele/a está habilitado/a, segundo Iamamoto (2001) a promover articulações políticas, apresentando contribuições, sobretudo na área da educação informal de grupos e comunidades, gerência e coordenação de programas, assim como na comunicação democrática individual, grupal e em fóruns coletivos, na realização de pesquisas que busquem captar os nexos do movimento da realidade, na produção de conhecimento, além de outras tantas estratégias de intervenção social.

2.1 Princípios do Código de Ética Profissional dos/as assistentes sociais

Partindo da reflexão sobre as questões éticas que envolvem o exercício profissional do/a assistente social, considera-se importante contextualizar essas percepções com a seguinte afirmativa:

O Brasil e o mundo passam hoje por uma das suas piores crises de identidade de toda a sua história. Esta crise revela uma profunda quebra de valores sobre o valor da

³ Conteúdo elaborado a partir de material de divulgação do Conselho Federal de Serviço Social, s/d.

vida e da pessoa humana, os valores da dignidade humana e dos direitos fundamentais da pessoa. Esta crise se revela, em nível mundial, também na distorção do conceito de vida, da pessoa, da sociedade e da organização da vida em sociedade (NEUMANN, 2003, p. 1).

Passa-se, então, a analisar a situação dos/as profissionais liberais, que desenvolvem um trabalho unificado, não fragmentado, e que tem de garantir, segundo Simões (2003, p. 66), “a forma orgânica e global. Porque liberais são todas as profissões que lidam com os elementos da vida, os elementos vitais. [...] Lidam diretamente com pessoas, grupos e categorias sociais”.

Nesta categoria, encontram-se, entre outras profissões, a dos/as assistentes sociais e é dessa possibilidade de agir com autonomia técnica que surge a exigência da sociedade para que se criem códigos de ética como forma de controle desses grupos profissionais via Estado, a partir da consciência dos/as próprios/as profissionais de que, ainda segundo Simões (2003, p. 69),

Tem ou devem ter certos padrões morais. [...] A ética, como expressão da moral, passa a ser a consciência da moral, que toma a moral como seu objeto, já em nível de interação metodológica [...] Por meio da ética, os assistentes sociais têm a oportunidade de adquirir sua

identidade espiritual-profissional e de apreender o que é a sua unidade enquanto grupo particular, relativamente à sociedade.

O autor reporta, ainda, a possibilidade de politização da atuação profissional, a partir do processo desencadeado pelos/as profissionais de refletirem sobre si mesmos/as e sobre sua relação com a sociedade e vice-versa. Enquanto ciência, a ética utiliza-se do método dialético para o estudo e a apreensão da moral, mas também o faz fora das universidades, nas instituições de controle profissional, e, estas sim, podem ser questionadas quanto a sua legitimidade e representatividade para elaboração dos códigos de ética.

Para Cortella (2003, p. 50), é a partir das relações sociais que se estabelecem entre os seres humanos que passa a existir o espaço da ética, vinculada “ao momento histórico, à cultura e à sociedade na qual subsiste.”

Dessa forma, vislumbra-se nos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional do/a Assistente Social⁴ a dimensão que liga, fundamentalmente, a profissão ao cooperativismo, conforme é possível verificar na ilustração 1.

Tabela – Paralelo entre os princípios do cooperativismo e os princípios éticos do Serviço Social, para melhor explicitação das aproximações, construído pela autora para este projeto.

Princípios do cooperativismo	Princípios éticos do Serviço Social
1 – Princípio da adesão voluntária e consciente e do livre acesso;	1º – Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; 2º – Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; 11º – Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.
2 – Princípio da gestão e do controle democrático;	5º – Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
3 – Pagamento de juro limitado ao capital;	3º – Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas a garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras.
4 – Distribuição do excedente líquido na proporção das operações;	4º – Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;

⁴ CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Resolução n.273/93, de 13 de março de 1993, com alterações introduzidas pelas resoluções CFESS 290/94 e 293/94.

Continuação

Princípios do cooperativismo	Princípios éticos do Serviço Social
5 – Educação Cooperativa;	7º – Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual. 10º – Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
6 – A integração e a cooperação intercooperativa;	6º – Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
7 – Princípio da expansão cooperativa.	8º – Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero; 9º – Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores.

As várias frentes de discussão abertas nas últimas décadas sobre os processos de trabalho no Serviço Social geraram indagações importantes, que ajudaram a pensar, a ampliar a autoconsciência dos/as profissionais quanto ao seu trabalho e quanto à necessidade de ultrapassar a visão de prática isolada, de atividade individual, avançando para a visão de um/a profissional com relativa autonomia, e cujo trabalho depende de um conjunto de variáveis que podem interferir na configuração social deste trabalho, tornando-o único e diferenciado, além de espaço privilegiado de discussões éticas acerca da responsabilidade, enquanto cidadãos/ãs e profissionais (GENTILLI, 1998).

2.2 A ação do/a assistente social no cooperativismo

Reconhecida como uma profissão eminentemente interventiva, o Serviço Social vêm atuando, ao longo das últimas décadas, nas mais diversas áreas do conhecimento, na busca por desenvolver ações efetivas voltadas para a transforma-

ção da realidade social em que se encontra inserido (IAMAMOTO, 2003).

Com base na análise do Serviço Social, historicamente construída e teoricamente fundada, é que se poderá discutir as estratégias e técnicas de intervenção a partir de quatro questões fundamentais: *o que fazer, porque fazer, como fazer e para que fazer*. Não se trata apenas da construção operacional do fazer (organização técnica do trabalho), mas, sobretudo, da dimensão intelectual e ontológica do trabalho, considerando aquilo que é específico ao trabalho do assistente social em seu campo de intervenção (ABEPSS, 1996, p. 14).⁵

Dessa forma, um dos maiores desafios do/a profissional é o de se qualificar, cada vez mais, para decifrar o contexto e as particularidades da questão social, bem como “construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano” (IAMAMOTO, 2003, p. 20).

A partir desta compreensão, torna-se imperativo constituírem-se práxis inovadoras e participativas, desencadeando novos conhecimentos e novos paradigmas. Para Iamamoto (2003, p. 20), é essencial que o/a profissional possa “[...] construir propostas de trabalho criativas capazes de preservar e efetivar direitos, a partir das demandas

⁵ O Serviço Social passa a ser compreendido como uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho. Com essa perspectiva, o currículo do Serviço Social passou a ser constituído por três eixos centrais: Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social (desvelamento do ser social e da vida em sociedade – emergência da sociedade moderna), Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira (particularidades da historicidade da sociedade brasileira) Fundamentos do Trabalho Profissional (elementos integradores do Serviço Social como especialização do trabalho) (IAMAMOTO, 2003 apud GOERCK, 2006).

emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não somente executivo”.

O Serviço Social é uma profissão reconhecida por toda a sociedade e seus serviços são requeridos sempre que há necessidade de se mobilizar pessoas, grupos e segmentos sociais, numa ação social, tanto para organizações de ações interativas quanto para se procederem mudanças sociais e comportamentais cotidianas (GENTILI, 1998, p. 43).

Considerando que as ações socioeducativas são uma das principais atividades do/a assistente social, entendidas como um processo contínuo e permanente, no qual os/as participantes constroem uma consciência crítica sobre si mesmos/as e sobre a realidade para nela atuar de forma transformadora, visualiza-se no cooperativismo um *locus* privilegiado para a construção e o fortalecimento das oportunidades de participação na transformação das condições geradoras das necessidades individuais através de processos grupais organizativos.

Pode-se referir como instrumentos e técnicas utilizados pelos assistentes sociais nos empreendimentos coletivos – com os trabalhadores e seus familiares – a realização de reuniões, assembleias, dinâmicas de grupo, entrevistas, elaboração de estudos sociais, realização de visitas domiciliares, realização de oficinas, entre outros (GOERCK, 2006, p. 14).

Já o cooperativismo é uma possibilidade de mobilização coletiva, fundamentada na visão doutrinária humanista e que busca a realização econômica junto com a social (SCHNEIDER, 2003).

Neste contexto, é *mister* que o/a profissional procure mediar e garantir, junto ao grupo, a implantação e manutenção da própria gênese do cooperativismo: espírito de associação, de solidariedade e do sentimento de pertença em relação a uma organização que sirva de intermediária entre o indivíduo e a sociedade, fazendo o contraponto ao sistema capitalista contemporâneo, que estimula, cada vez mais, o individualismo e a concorrência.

O assistente social pode, além de promover reflexões acerca do cooperativismo, objetivando o processo de conscientização dos trabalhadores, contribuir para o fortalecimento destes empreendimentos e de autonomia dos trabalhadores nas atividades que realizam; promover articulações com as políticas sociais públicas, visando à cidadania destes sujeitos; proporcionar esclarecimento aos trabalhadores sobre a importância da igualdade nas relações com as atividades que desenvolvem e incentivar a participação dos sujeitos nas cooperativas e/ou associações, objetivando a autogestão dos empreendimentos coletivos (GOERCK, 2006, p. 12).

O/a assistente social trabalha entre a produção da desigualdade e a produção da resistência e da rebeldia (IAMAMOTO, 2003). De um modo geral, sua práxis é realizada com os segmentos sociais vulnerabilizados e mais fortemente atingidos pelas manifestações da questão social. Entretanto, quando o/a assistente social faz sua intervenção junto a estas demandas, tem como intencionalidade a superação ou a transformação desta realidade.

3 Metodologia

3.1 Delineamento da pesquisa

A pesquisa é um estudo de caso comparativo, com delineamento exploratório, e abordagem qualitativa, pois foi trabalhado em um nível de realidade que não pode ser simplesmente quantificado e reduzido à manipulação de variáveis estatísticas e sim, com um nível de relações e atitudes humanas que necessitam de abordagens dialéticas que os compreendam e os relacionem com o todo, em todas as suas manifestações internas e externas, suas especificidades e suas contradições.

É neste sentido que, segundo Bauer e Gaskell (2002, p. 68), “a finalidade real da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas, ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão”.

Com esta perspectiva, busca-se levantar questões e hipóteses que abordados na perspectiva qualitativa, possibilitem novos estudos. Desta forma, a estratégia de pesquisa concretizada pelo estudo de caso aplica-se aos objetivos ora propostos.

3.2 Apresentação das cooperativas

A pesquisa desenvolveu-se em duas cooperativas habitacionais, localizadas na cidade de Bento Gonçalves, região serrana gaúcha. Com o intuito de preservar suas identidades, buscou-se caracterizá-las da seguinte forma: denominou-se Cooperativa A aquela que conta com a atuação da assistente social e de Cooperativa B aquela que, atualmente, não tem a assessoria de uma profissional do Serviço Social.

Tal definição foi realizada a partir de informação, obtida *a priori*, de que a primeira contratou a assessoria de assistentes sociais desde a sua implantação até a presente data, enquanto que a segunda não dispõe do acompanhamento sistemático deste/a profissional. Levando-se em conta que as duas cooperativas pertencem ao segmento habitacional e à mesma região geográfica, considera-se relevante o estudo comparativo, no sentido de auferir a real importância da prática dos/as assistentes sociais no âmbito dos empreendimentos cooperativos, particularmente os habitacionais.

A Cooperativa A,⁶ que encetou as reuniões de articulação em setembro de 2002, inicialmente com setenta sócios/as, conta atualmente com dezessete associados/as. Sua documentação e identidade jurídica estão devidamente autorizadas na Junta Comercial do Estado desde 03 de novembro de 2002, sendo que a compra do terreno de 5.000 m² efetivou-se em 2004.

O projeto arquitetônico já está pago e consta de casas de três quartos com garagem de 118m² e dois quartos sem garagem, de 90m². Conforme foi informado nas entrevistas, o empreendimento está aguardando a liberação da Secretaria Municipal do Meio Ambiente para iniciar as obras de infraestrutura no terreno.

Já na Cooperativa B,⁷ o grupo começou a organizar-se em agosto de 2001, inicialmente com 77 associados/as, contando hoje com vinte associados/as. Sua documentação e identidade jurídica também já estão devidamente registradas na Junta Comercial do Estado desde 10 de setembro de 2001, sendo que a compra do terreno de 16.000 m² realizou-se em junho de 2002.

⁶ Dados baseados no Informativo das Cooperativas Habitacionais de Bento Gonçalves. Nº 1, agosto de 2007 e em informações obtidas junto aos dirigentes da cooperativa em setembro de 2008.

⁷ Dados baseado no Informativo das Cooperativas Habitacionais de Bento Gonçalves. Nº 1, agosto de 2007 e em informações obtidas junto aos dirigentes da cooperativa em julho de 2008.

O projeto arquitetônico já foi pago, e encontra-se em discussão para definição de casas individuais de um piso, de 75 a 85m². Como no caso da Cooperativa anterior, esta também está aguardando a liberação da Secretaria Municipal do Meio Ambiente para iniciar as obras de infraestrutura no terreno.

Contextualizando a realidade onde estão inseridas as cooperativas citadas, tem-se o município de Bento Gonçalves,⁸ onde o binômio móvel-vinho é responsável pela base econômica, destacando-se ainda, com forte presença, outras atividades como: setor metalúrgico, alimentício, têxtil, artefatos de couro e borrachas, artes gráficas e o setor plástico que apresenta as melhores perspectivas de crescimento dentro do atual contexto econômico.⁹

O avanço de tais atividades pode ser o responsável, também, pelo melhor nível econômico dos/as trabalhadores/as de Bento Gonçalves, apesar do alto custo de vida, pois mitiga os impactos do mundo do trabalho na contemporaneidade, diferentemente do que ocorre em outras regiões do Estado, onde há elevadas taxas de desemprego e relações precarizadas de trabalho.

Outro fator a ser considerado é a influência da imigração na região da serra gaúcha, vinda de países europeus de forte tradição, onde se desenvolveram os primórdios do cooperativismo, contribuindo, dessa forma, para a formação de um perfil diferenciado de população e de cooperativados/as.

Na cidade, a história do movimento de cooperativismo habitacional inicia-se em 1994, quando

o então sacerdote Airton Luiz Minusculi, hoje professor e vereador, trouxe de Caxias do Sul um projeto de cooperativismo habitacional baseado na experiência do povo uruguaio,¹⁰ do qual ele é um grande admirador e incentivador.

Os primeiros encontros se realizaram na comunidade do Cohab II, onde mais de 100 famílias ouviram e se inteiraram na proposta apresentada. Entusiasmadas, iniciaram a caminhada que originou até a presente data, 24¹¹ cooperativas habitacionais em Bento Gonçalves, em diversos estágios de construção, desde a aquisição do terreno até a conclusão da obra, com cerca de 100 famílias já residindo.

Daquele grupo inicial, surgiram as primeiras cinco cooperativas. As cooperativas Novo Tempo e Novo Horizonte estão com suas obras concluídas. A Nossa Senhora da Saúde passou por uma reurbanização (65 famílias). A Serrana e União da Serra juntaram-se e estão finalizando as obras num condomínio para suas 57 famílias.

Com base no Informativo das Cooperativas Habitacionais de Bento Gonçalves (2007), depreende-se que o movimento cooperativista habitacional da serra gaúcha considera que, ao envolver-se no processo habitacional como associado/a, a pessoa só tem a ganhar. Aprende a pensar, tomar decisões e a caminhar de uma forma coletiva. Como todo/a o/a cooperativado/a possui direito a um voto nas decisões, muitos/as confessam que tornaram-se mais receptivos/as, no sentido de começarem a respeitar a alteridade, nas pessoas associadas que poderão vir a ser seu futuro vizinho.

⁸ Disponível em: <<http://www.regiaodaserra.radar-rs.com.br/bentogoncalves.htm>> Acesso em: 01 abr 2008

⁹ Outros dados sobre a cidade de Bento Gonçalves: população: 89.254 de habitantes; distância de Porto Alegre: 109 km; Clima: subtropical.

¹⁰ Alvarez (s.d. p. 1) assim refere-se à Federación Uruguaya de Cooperativas de Viviendas por Ayuda Mutua (FUCVAM): “movimento social do Uruguai que atua na área da moradia popular e desenvolvimento urbano que reúne 16.000 famílias de baixa e média renda integradas em 330 cooperativas de base com presença em praticamente todas as cidades do país. A FUCVAM também tem desenvolvido estratégias de luta em torno à vigência dos direitos humanos, preservação da segurança social e empresas do Estado e o desenvolvimento da educação pública em resposta à ofensiva neoliberal”. Frente às grandes transformações sociais provocadas pelo acúmulo de capital: êxodo rural, globalização, desigualdade social, desemprego, alienação, a FUCVAM oferece um estilo de vida alternativo, onde as relações sociais se produzem de forma mais igualitária, a propriedade tem outro significado, o trabalho manual é valorizado, a democracia privilegia as bases e a ajuda mutua é levada ao primeiro plano.

Disponível em: <<http://www.geocities.com/politicausp/M3-Alvarez.doc>> Acesso em 22 set 2008.

¹¹ Dados referentes ao ano de 2006. Disponível em: <<http://www.bentogoncalves.rs.gov.br>> Acesso em 01 abr. 2008.

Na mesma publicação, há depoimentos de associados/as das cooperativas. Segundo seus integrantes, essa nova mentalidade é adquirida pelo exercício da democracia nos grupos, pelo trabalho e dinâmicas administradas pelas assistentes sociais, pelos motivadores e pelo Fórum do Movimento, onde, gradativamente as pessoas e as famílias começam a pensar coletivamente.

Em fevereiro de 2000,¹² foi criado o Fórum das Cooperativas Habitacionais de Bento Gonçalves, que hoje busca garantir a sustentabilidade de todo o processo. Para tanto, presta assessoria técnica, social, e ainda busca apoio e parcerias para os projetos. Antes mesmo do nascimento de uma nova cooperativa, o Fórum já atua, incentivando sua estruturação e a formação de lideranças que possam levar a proposta adiante.

O Fórum assume, ainda, o papel de integrar os aspectos econômicos, sociais e ambientais em parceria com as famílias, a comunidade e o poder público. Tudo é decidido em assembleias, que definem desde a entrada de alguém no grupo e a mensalidade, até a realização das obras. Uma experiência de participação em que todos/as saem transformados/as, sentindo-se cidadãos/ãs respeitados/as e, ao mesmo tempo, co-responsáveis pelo bem-estar coletivo.

Nos últimos anos, têm-se tornado cada vez mais evidente que as cooperativas habitacionais, cujo foco é o interesse social, são o principal caminho para a democratização da moradia no Brasil. Seu aspecto econômico se manifesta com a antecipação de recursos, a simplificação do acesso ao crédito e com a eliminação da figura do agente financeiro. Os recursos são levados diretamente ao mercado na compra de insumos e de matéria-prima, o que propicia um ganho em função do volume adquirido, por meio de sistema solidário de caráter associativo, o que possibilita a construção da casa própria a preços justos e acessíveis aos associados/as (PERIUS, 1994 e SOUZA, 1999).

Neste contexto, esse tipo de cooperativa promove a inclusão socioespacial, por meio de acesso à

moradia, que é um direito do bem-estar social, de caráter constitucional, que também está presente na Declaração dos Direitos do Homem, diretamente conectado à dignidade da pessoa humana.

3.3 Plano e técnicas de coleta de dados

Num primeiro momento, foi utilizada a técnica de coleta de dados através de pesquisa documental, ou seja, por meio de atas, índices, relatórios escritos e outros documentos, visando identificar o contexto em que as unidades-caso estão inseridas, sua trajetórias históricas e, além disso, buscar corroborar as evidências colhidas de outras fontes, através de outras técnicas na busca pela reconstrução da realidade o mais acurada possível.

Roesch (2005, p. 166), baseada em Forster (1994), argumenta que

Documentos têm um valor em si mesmo – representam sistemas e estruturas da organização. Sua análise permite o entendimento de situações; permite conceituar a organização com base em uma visão de dentro, em contraste com métodos que se propõem testar hipóteses partem de uma visão de fora, em que o pesquisador se distancia da realidade pesquisada e utiliza instrumentos estruturados em conceitos externos (teóricos).

Foi necessário, também, um contato por e-mail e um agendamento para posterior encontro com as assistentes sociais envolvidas no cooperativismo habitacional em Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul, com o propósito de coletar dados quanto aos processos e instrumentos utilizados por elas, a fim de complementar informações para a elaboração das entrevistas a serem aplicadas a seguir.

Dessa forma, foi possível extrair significados dentro do contexto em que o instrumento de investigação estava sendo construído, visando qualificá-lo e torná-lo mais acessível, além de permitir à pesquisadora maior familiaridade com as situações vivenciadas pelos/as entrevistados/as.

¹² Disponível em: <http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/melhorespraticas/praticas_premiadas_2005_2006/Cooperserrana.pdf> Acesso em: 01abr 2008

Numa segunda fase, outros dados foram coletados através de entrevistas em profundidade, semiestruturadas, conduzidas de forma espontânea, que foram gravadas e transcritas pela pesquisadora, garantido o sigilo das declarações. Segundo Bauer e Gaskell (2002, p. 73), “toda a pesquisa com entrevistas é um processo social, uma interação ou um empreendimento cooperativo, em que as palavras são o meio principal de troca. [...] em que várias realidades e percepções são exploradas e desenvolvidas”.

Visando entender o significado que os entrevistados/as atribuem a determinadas questões, em determinados contextos, procurou-se estruturar minimamente a entrevista, de acordo com o propósito do/a pesquisador/a. Segundo Roesch (2005, p. 159) “em entrevistas semiestruturadas utilizam-se questões abertas, que permitem ao entrevistador entender e captar a perspectiva dos participantes da pesquisa. Dessa forma, o pesquisador não está predeterminando sua perspectiva [...]”.

Inicialmente, foi prevista a participação de 12 pessoas que compõem o quadro associativo: seis de cada uma das cooperativas citadas: três dirigentes e três associados/as sem cargo diretivo, por acreditar-se ser este um número representativo dos resultados do estudo. Entretanto, compareceram ao local da entrevista oito pessoas – cinco da Cooperativa A e três da Cooperativa B.

A participação dos/as entrevistados/as se deu de forma totalmente espontânea e consentida, e aos/as participantes foi assegurado de que poderiam desistir da pesquisa a qualquer tempo, sem prejuízos, bem como o ressarcimento de suas eventuais despesas de deslocamento.

A pesquisa foi complementada, ainda, pela técnica da observação informal, que consiste, segundo Yin (2005, p.120), em “realizar observações diretas ao longo da visita de campo, incluindo aquelas ocasiões durante as quais estão sendo coletadas outras evidências, como as evidências provenientes de entrevistas”.

3.3.1 Limites do método

Os contatos para agendamento das entrevistas individuais foram feitos através do Sr. Roberto

Locatelli, presidente da Associação das Cooperativas Habitacionais de Bento Gonçalves. Ficou acertado que seriam feitas entrevistas individuais com doze integrantes – seis de cada cooperativa, durante o sábado, dia 21 de junho de 2008.

Entretanto, lá chegando, haviam somente três pessoas ligadas à Cooperativa B, na parte da manhã, que, com educação, mas com firmeza, disseram-se dispostos a fazer uma entrevista de forma coletiva. Foi tentado ainda dissuadi-los, colocando-se da importância das respostas individuais para o estudo, mas eles se mantiveram irredutíveis na decisão. Dessa forma, após solicitar autorização para a gravação das entrevistas, aceita por eles, procurou-se adaptar o método da coleta de dados à situação surgida, esclarecendo-se então que, pelo menos, deveriam falar o mais separadamente possível, a fim de possibilitar a posterior transcrição da fita e o entendimento de cada opinião manifestada.

O mesmo ocorreu com os/as cinco associados/as da Cooperativa A que compareceram na parte da tarde. Por mais que se tentasse entender as razões destas posturas, isso não foi possível de ser detectado diretamente. Aventou-se duas hipóteses: as pessoas se sentiriam mais seguras manifestando-se coletivamente e/ou receberam orientação das respectivas cooperativas ou da Associação para assim procederem.

De qualquer forma, não se percebeu maiores prejuízos ao estudo, uma vez que todas as pessoas responderam de forma voluntária e espontânea, de acordo com suas convicções, trajetórias de vida e percepções do cooperativismo.

Ressalta-se, entretanto, que uma das fragilidades do estudo de caso poderá residir na própria escolha metodológica, pois não se pode afirmar que ele seja conclusivo ou extensivo simplesmente a outras realidades, nem que encerre as indagações em torno de um tema tão vibrante, rico e dinâmico como o cooperativismo.

Possibilita, talvez, indicar novos canais de investigação, no sentido de aprofundar as constatações levantadas até aqui, específicas deste estudo, lançando novos olhares sobre a temática do cooperativismo habitacional como perspecti-

va de transformação da sociedade e sua interface com o Serviço Social. Como profissional da área, foram muitas as motivações e, mais do que isso, os desafios na busca por compreender as questões que envolvem o cooperativismo habitacional a partir das entrevistas realizadas, apesar das inúmeras dificuldades que permeiam a realização de uma pesquisa desta natureza, das limitações como pesquisadora em fase de aprendizagem e do pouco tempo para a realização de um estudo ainda mais qualificado. Ao final, pode-se afirmar que o resultado do processo pedagógico desenvolvido foi enriquecedor, à medida que permitiu a interação com os/as participantes da pesquisa, que responderam ao chamamento com disposição e simpatia, permitindo essa importante troca de experiências.

3.4 Plano e técnicas de análise de dados

Na consecução dos objetivos propostos, foi utilizado o paradigma do materialismo dialético, pois se acredita ser este o que mais se aproxima da visão de homem e de mundo, conforme percepção da pesquisadora.

No presente estudo, que envolve as dificuldades que assolam a realidade habitacional, principalmente da classe trabalhadora do país, num contexto de ações contundentes para a aquisição da casa própria, torna-se coerente o uso de tal paradigma.

A história não é um progresso linear e contínuo, uma sequência de causa e efeitos, mas um processo de transformações sociais determinadas pelas contradições entre os meios de produção (a forma da propriedade) e as forças produtivas (o trabalho, seus instrumentos, as técnicas). A luta de classes exprime tais contradições e é o motor da história. Por afirmar que o processo histórico é movido por contradições sociais, o materialismo é dialético (CHAUI, 2003, p. 386).

Assim, sua perspectiva propicia uma percepção contextualizada do fenômeno a ser estudado, e de sua inter-relação com outros fenômenos, não generalizando, no entanto, os resultados obtidos. Além disso, é um pressuposto teórico de caráter histórico, que não permite ao pesquisador/a permanecer em neutralidade; é também transformador, visa sempre a mudanças.

Neste sentido, compactua-se com Moraes (2002, p. 26), quando ele afirma que o marxismo é

de longe, o mais importante método de análise social de que dispõem as inteligências que não se contentam com a morna positividade dos fatos consumados e dos interesses adquiridos e recusam-se a rebaixar o conhecimento teórico às técnicas de gestão de mercado, de intoxicação da opinião pública, de governabilidade etc.

As evidências obtidas através da combinação das várias técnicas de coleta de dados foram revistas e, a partir da convergência das diferentes fontes, analisadas de forma integral, não fragmentada, visando à compreensão do caso como um todo. A compreensão não é um procedimento fechado: nada pode ser entendido de uma só vez e de uma vez por todas. Cada individualidade é uma manifestação do viver total: é preciso buscar o que é comum e o que é específico.

Para tanto, foi utilizado o método de análise de conteúdo, que, segundo Bauer e Gaskell (2002, p. 191),

É uma técnica para produzir inferências de um texto focal para seu contexto social de maneira objetivada. Este contexto pode ser temporariamente, ou em princípio, inacessível ao pesquisador. A AC muitas vezes implica em um tratamento estatístico das unidades de texto. Maneira objetivada refere-se aos procedimentos sistemáticos, metodicamente explícitos e replicáveis: não sugere uma leitura válida singular dos textos. [...] é, em última análise, uma categoria de procedimentos explícitos de análise textual para fins de pesquisa social.

Ainda segundo esses autores, a qualidade da análise de conteúdo tem como pressuposto básico a fidedignidade/validade, além da exigência de coerência e transparência como critérios para uma boa prática na AC.

As vantagens da AC são que ela é sistemática e pública. Ela faz uso principalmente de dados brutos que ocorrem naturalmente; pode lidar com grandes quantidades de dados; presta-se para dados históricos; e ela oferece um conjunto de procedimentos maduros e bem documentados (BAUER e GASKELL, 2002, p. 212).

Para melhor visualizar-se a aplicação do projeto de pesquisa, analisaremos, a seguir, à luz do referencial teórico, as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos.

4 Apresentação e análise dos dados

Na busca para que o/a associado/a seja sujeito da ação, agente na promoção de sua cidadania e de sua integração, com dignidade, na sociedade em que vivemos, é que desenvolvemos o presente estudo, procurando compreender este universo tão rico, desvelando nesses relatos as seguintes categorias: inserção do/a profissional de Serviço Social na Cooperativa; percepção dos associados da atuação da assistente social; e a relação entre o trabalho da assistente social e a trajetória da Cooperativa, além de algumas percepções sobre a intervenção do Serviço Social no cooperativismo habitacional. Cada uma destas categorias resulta em diferentes itens de análise, de forma a cumprir com os objetivos propostos no presente estudo.

Com esta intencionalidade, em cada item busca-se a conexão entre as três dimensões estudadas – a partir da visão de uma cooperativa que conta com a assessoria de uma assistente social, outra que não possui este acompanhamento e da própria assistente social, cuja atuação no segmento habitacional se dá há mais de quinze anos.

A seguir, a análise das categorias elencadas a partir do estudo realizado.

4.1 Primeira categoria de análise: inserção do/a profissional de Serviço Social na cooperativa

Nesta categoria, a inserção da profissional de Serviço Social na cooperativa é analisada, a partir da constatação de há quanto tempo isso ocorre, ou não, por indicação de quem ela foi contratada, ou não, e a motivação para que isso acontecesse.

Inicialmente, torna-se necessário refletir sobre a razão de ser da intervenção profissional do/a assistente social, em suas múltiplas determina-

ções, heterogêneas e contraditórias. Para Guerra (1995, p. 159), “a divisão – social, técnica e intelectual – do trabalho, enquanto forma pelas quais o antagonismo e a alienação se realizam, ao imprimir ao Serviço Social a instrumentalidade subjacente à ordem social capitalista, assegura-lhe a sua razão de ser”.

No presente caso, objetiva-se perceber a experiência da profissional neste segmento, bem como associar esta trajetória com sua inserção nas cooperativas, no sentido de compreender se existe alguma vinculação entre a forma e a motivação pela qual ela foi contratada e os resultados de sua intervenção nos êxitos ou fracassos dos empreendimentos, a partir da concepção de seus/as associados/as.

4.1.1 Tempo de atuação

Na Cooperativa A, a assistente social começou a atuar em dezembro de 2002, na terceira reunião, quando o grupo ainda estava se formando. Os/as associados/as foram unânimes em afirmar a importância desta presença, a partir do momento em que ela cumpre o papel de agregadora, uma vez que a maioria das pessoas interessadas não se conhece, conforme se pode depreender da fala de uma das pesquisadas:

Na realidade, quando o grupo se forma, a assistente social vem para ajudar a organizar o grupo, porque como ninguém se conhece, ninguém... na realidade, o grupo chega, e todo mundo quer a casa, só que ninguém sabe como fazer. Aí então, ela vem para ajudar a organizar o grupo e orientar...

Acredita-se que, a partir do documento ABEPSS (1996) – no qual o trabalho profissional do Serviço Social foi direcionado à perspectiva teórico-metodológica marxista –, com sua concepção de ser humano e de mundo, as ações educativas, organizativas e de formação são impor-

tantes para garantir aos associados/as as informações necessárias para mais qualidade de vida, participação e consolidação da cidadania.

Segundo Abreu (2002, p. 155), o direcionamento da prática pedagógica do/a assistente social aponta, no contexto brasileiro, para “as condições objetivas dos processos de politização das relações sociais e da intervenção consciente das classes subalternas no movimento histórico e as formas de inserção dos assistentes sociais nos mesmos”.

Outra particularidade citada foi a de que a assistente social possui uma forma de explicitar as situações e colocar as informações que facilita os relacionamentos, a partir da perspectiva de que faz a mediação entre os/as associados e a própria cooperativa:

“Ela cria um elo, né... entre os cooperados, assim... uma coisa que está difícil para mim explicar ou para a V.¹³ ela, de repente, acha uma brecha”.

Assim, para perceber situações emergentes, o/a assistente social “tem que deter um conjunto de saberes que extrapola a realidade imediata e lhe proporcione apreender a dinâmica conjuntural e a correlação de forças manifesta ou oculta” (GUERRA, 1995, p. 200).

Neste contexto, segundo a autora, as ações profissionais tendem não somente a realizar o atendimento da demanda imediata, como ainda a vincular-se aos projetos sociais das classes que mediatiza.

Desse modo, ao atuar no âmbito do cooperativismo, através de uma estratégia participativa, acredita-se que o/a assistente social possa contribuir para a solidificação dos direitos dos/as associados, em um contexto, segundo Iamamoto (2003, p. 265), “em que se verifica a retração do Estado em suas responsabilidades sociais, e na contrapartida, a sua ampliação para o atendimento dos interesses do grande capital financeiro. Verifica-se uma clara tendência de transferência daquelas responsabilidades para a sociedade”.

Tal transferência de responsabilidades pode ser desvelada especialmente no segmento habita-

cional, onde, com base nos dados da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, divulgado em novembro de 2007, onde se constata que o *déficit* habitacional brasileiro atingiu 7,964 milhões de residências em 2006.

Esta é uma perspectiva a ser potencializada pelo Serviço Social, trabalhando formas mais contundentes de sensibilização, emancipação e efetiva participação de seus/suas associados/as nas questões que envolvem todos os níveis da cooperativa habitacional, inclusive na gestão da entidade.

Na cooperativa B, embora já há três anos não conte mais com o trabalho desta profissional, a mesma atuou no momento da formação do grupo. Assim, buscou-se vislumbrar a percepção que os mesmos têm dela:

Ela é muito importante, principalmente no começo, onde o pessoal não tem maturidade e não tem experiência. Então, elas vivenciam as experiências das outras cooperativas, das mais antigas e procuram passar isso para as novas, então, principalmente, a gente percebeu a importância das assistentes sociais na formação da diretoria da cooperativa, em primeiro lugar [...]

Para alcançar este horizonte, a atuação profissional poderá consistir em dar ênfase às ações citadas anteriormente, de acordo com o estágio de desenvolvimento dos sujeitos ou grupos sociais com os quais trabalha. Faz parte desta atuação, também, a busca por estratégias de enfrentamento às dificuldades encontradas nos fluxos de comunicação, tanto interna como externa da cooperativa, a mediação de conflitos relacionais, assim como a ampliação dos canais de participação e articulação entre as várias instâncias do movimento cooperativo (SCHNEIDER, 2003).

Conforme citado pelos/as entrevistados/as, as dificuldades iniciais de articulação, organização e compreensão do funcionamento de um empreendimento cooperativo e autogestionário podem ser superadas mediante a utilização apropriada dos processos de trabalho do/a assistente social, que podem ser realizados nas experiências

¹³ Utilizou-se apenas a primeira letra do nome da entrevistada, visando preservar sua identidade.

habitacionais coletivas, respaldados na solidariedade, na cooperação e na participação dos/as cooperados/as na gestão dos empreendimentos, de forma que se constituam, possivelmente, como formas de contestação e resistência dos sujeitos ao sistema capitalista (GOERCK, 2006).

Já a profissional entrevistada começou a atuar neste segmento “há aproximadamente 15 anos atrás”, conforme sua própria declaração, “por intermédio de outra assistente social que atuava na época, juntamente com uma psicóloga, porém a Psicologia não se adaptou a este trabalho comunitário, surgindo assim a necessidade de contratação de outra Assistente Social.”

Indagada, ainda, sobre sua atuação naquele espaço, bem como junto ao Fórum de Cooperativas Habitacionais de Bento Gonçalves, ela assim a definiu:

A atuação da Assistente social se dá em todas as atividades propostas pelo grupo, nas reuniões, assembleias, promoções organizadas pelo grupo, na organização de capacitações e seminários propostos pelo Fórum, utiliza-se técnicas de dinamização de grupos, sistematização de materiais teórico-práticos com o objetivo de subsidiar as ações, questionamentos, entrevistas, troca de experiências, valorização da questão cultural e a diversidade de pensamentos, de maneira que as decisões possam conduzir o movimento para a autogestão e autonomia.

Dessa forma, os vários aspectos da práxis, elencados pela assistente social sinalizam para a convergência entre estas perspectivas e os interesses econômicos e sociais das cooperativas, pleiteando, de parte da profissional, um comprometimento com o projeto ético-político da profissão, além de uma formação teórico-metodológica e técnica-operativa capaz de atender as demandas surgidas no processo, conforme será visualizado a seguir.

Na sua percepção, a principal competência exigida é realmente intermediar direitos. Dessa forma, segundo Dagnino (1994), a nova cidadania concebida na década de 1990 ressignifica a noção de direitos, e parte da premissa de um di-

reito a ter direitos. A autora complementa que o direito a ter direitos não se limita a conquistas legais ou ao acesso a direitos previamente definidos, mas incorpora características como a subjetividade e a ampliação do espaço político, incluindo a invenção e criação de novos direitos que emergem de lutas específica, no caso estudado, o direito à moradia.

A nova cidadania requer sujeitos/as ativos/as, definindo seus interesses, desejos, e o que consideram ser seus direitos, enfatizando a soberania popular e a mudança nas estruturas das relações de poder, direcionada para a igualdade das relações sociais em todas as instâncias, direitos civis, políticos e sociais.

Assim, pode-se depreender que, tanto para a assistente social quanto para as cooperativas habitacionais, o trabalho desenvolvido até aqui foi fundamental, na medida em que há uma prática comprometida da profissional e um nível de sensibilização dos/as associados/as para que possam se organizar na conquista de seus interesses.

Para Schneider (1999), embora os valores que inspiraram os pioneiros de Rochdale sejam de “caráter mais permanente e universal”, os métodos ou princípios são mais flexíveis, a fim de que possam adequar-se aos novos contextos econômicos, sociais e culturais, sem que se deva, entretanto, perder de vista o ideário cooperativista como um todo.

Ainda segundo o autor (1999, p. 77), entre esses valores, estão o de autoajuda, ajuda mútua, interesse não lucrativo, democracia, esforço voluntário, universalismo, educação e determinação no esforço de benefícios para os membros.

Do entrelaçamento dos valores e princípios do cooperativismo – já citados anteriormente – aos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional do/a Assistente Social¹⁴ é que se pode perceber o viés que liga, fundamentalmente, a profissão ao cooperativismo.

Na medida em que a categoria tem como princípios fundantes de sua práxis, a liberdade e a jus-

¹⁴ CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Resolução n.273/93, de 13 de março de 1993, com alterações introduzidas pelas resoluções CFESS 290/94 e 293/94.

tiça social, além da democracia como único padrão de organização político social capaz de assegurar a explicitação dos valores essenciais da liberdade e da equidade e que permite ultrapassar os limites impostos pelo sistema capitalista à plena cidadania, a garantia dos direitos individuais e sociais e às tentativas de autonomia, autogestão e controle social, é possível articular-se esta práxis àquela proposta pelo cooperativismo.

Tais perspectivas de atuação podem, a partir do presente estudo, justificar a importância e a motivação para a contratação da assessoria de uma assistente social, conforme resultados das análises que serão explorados nas próximas páginas.

4.1.2 Motivação para a contratação

Para os/as entrevistados da Cooperativa A, a assistente social foi contratada para apoiar na organização do grupo e para assessorar nas questões de relacionamento entre seus integrantes.

Então tem a assistente que é para tornar o negócio mais sério, mais, né...quando ela não vem a gente fica meio assim... parece que está faltando alguma coisa, porque ela dá um.... a gente vai falando as coisas assim, vai soltando, e ela finaliza, organiza para que todos recebam a mesma informação, da mesma forma.

Para a Cooperativa B, a importância do trabalho desta profissional reside, inicialmente, na formação da diretoria, conselho, secretaria. Também em razão de sua ampla experiência no segmento habitacional, no acompanhamento aos processos de constituição de outras cooperativas, podem “aconselhar, orientar” quanto às melhores atitudes a tomar, quanto à compra do terreno, por exemplo, evitando futuras complicações legais.

Elas vivenciam as experiências das outras cooperativas, das mais antigas, e procuram passar isso para as novas, então, principalmente, a gente percebeu a importância das assistentes sociais na formação da diretoria da cooperativa [...]

Mais tarde, no decorrer do processo, o trabalho da assistente social torna-se fundamental, segundo eles, para manter a motivação dos associados.

É, eu queria complementar que, adiante, conforme vai se desenvolvendo, no desenrolar da história da coope-

rativa, também é de se frisar que elas tem um papel importante na motivação. Conforme vai passando os anos, o pessoal vai desanimando, em termos, né. Claro, quem tem um objetivo não desiste, mas muitas pessoas começam a enfrentar problemas com isso e a assistente social também desempenha um papel muito importante nessa... nessa parte, de...como ela já faz esse aconselhamento, este esclarecimento desse...também... propõe caminhos, ela também tem esse poder de motivar, até pelas oficinas, pelos trabalhos em grupo, ela fez várias...

Para a assistente social, as demandas do Serviço Social baseiam-se na necessidade dos grupos de que seja trabalhado aspectos referentes à organização da cooperativa, entendimento dos papéis e funções dos conselhos de administração e fiscal, integração dos cooperativados, planejamento participativo/ execução e avaliação participativa de todas as ações do movimento. Segundo ela, cabe também à profissão facilitar a capacitação técnica e política dos sujeitos participantes do processo cooperativista, baseado na vivência cotidiana dos princípios cooperativistas.

Neste contexto, também é importante observar a comunicação entre os elementos do grupo, não só a verbal, mas também aos sinais não-verbais expressados, pois podem interferir no bom andamento dos trabalhos. Em suma, segundo Torres (1985, p. 31), “a comunicação é o processo através do qual os homens transmitem e perpetuam a sua experiência cultural”.

Outro aspecto a ser considerado é a criação de espaços de educação não formal e de mediações pedagógicas que permitam a socialização dos saberes da própria comunidade e outras formas de capacitação, visando potencializar o grupo em sua cidadania e em sua metodologia de trabalho, com gestão participativa e formas de avaliação do processo. Também através de reuniões sistemáticas e dispositivos como técnicas grupais e outras metodologias que permitam ao grupo avançar para a autoanálise e autogestão.

Estas intervenções integram-se a um processo que passa pela mediação com os outros seres, o que, em suma, quer dizer a conquista da cidadania, da liberdade, da autonomia, da razão, pela relação com o outro. Dessas mediações surge a possibilidade do envolvimento coletivo, para o

qual a assistente social deverá estar preparada: possuir capacidade crítica e reflexiva, revelar clareza das estratégias e concepções da abordagem grupal a ser empregada, certeza da necessidade de sua utilização e na determinação de seus objetivos.

Percebe-se que, tanto na Cooperativa A quanto na Cooperativa B, existiu uma demanda por um/a profissional capaz de assessorar o processo grupal, a articulação e a organização das cooperativas.

A partir da apresentação da assistente social, por parte do Sr. Airton Minúsculi, às pessoas que comporiam os grupos, como sendo a profissional indicada para esta circunstância, houve uma aceitação imediata, embora muitos/as dos/as entrevistados/as não tivessem ideia ou tivessem noções distorcidas sobre a sua atuação.

Percebe-se que, pelas características abrangentes de sua formação teórico-metodológica, ético-política e técnica-operativa, a assistente social acabou por firmar a especificidade do seu espaço junto ao cooperativismo, tendo seu trabalho posteriormente reconhecido, valorizado e sua contratação referendada pelos/as associados/as.

Na Cooperativa B, embora confirme os bons resultados a partir daquela intervenção, os/as sócios/as, após deliberação, optaram por rescindir o contrato com a assistente social, por considerar que as dificuldades financeiras que estavam enfrentando poderiam ser amenizadas com o corte de algumas despesas, entre elas a do salário da profissional.

Na resposta da assistente social, aparentemente, não há uma inquietação maior com relação à forma como foi indicada pelo Sr. Airton e contratada, posteriormente, pelas cooperativas. Sua preocupação foi a de assumir, a partir do acordo de trabalho, uma postura condizente com sua formação teórico-metodológica e um compromisso ético-político com os interesses dos/as associados/as.

4.2 Segunda categoria de análise: percepção dos/as associados/as sobre a atuação da assistente social

Neste segundo momento, procura-se detectar nas respostas dos/as entrevistados/as as suas

percepções sobre a atuação da assistente social, na tentativa de vislumbrar pontos positivos e negativos, divergências e convergências das perspectivas da profissional com as das cooperativas.

4.2.1 Pontos positivos e negativos da trajetória da atuação

Para a Cooperativa A, um dos pontos positivos do trabalho da assistente social é o preparo técnico para atuar na sensibilização e na problematização de conflitos entre os/as associados/as, conforme se pode perceber na fala abaixo:

É para trabalhar... não a cabeça da pessoa, mas para trabalhar a convivência, porque nem todo mundo...hoje, a nossa cooperativa tem dezessete associados, nós somos uma família hoje, então, a gente se sente bem unido, então eu acho que se a gente não tivesse assistente social...ela muitas vezes ameniza as coisas...

A assistente social, ao trabalhar com os processos de interação social, deve ter bem claras as possibilidades de controle e pressões que surgem no interior dos grupos. Estas forças podem ser de cooperação, de competição, de conflito ou de integração. Em relação aos conflitos, quanto mais integrado estiver o grupo, mais eles se tornarão visíveis, dado que seus membros não terão medo de expressar-se, na procura pelas soluções e alternativas.

O/A coordenador/a de uma atividade grupal deve ter claro o seu papel de incitador/a das diferenças de sentimentos e ações, para com isso explicitar e trabalhar os possíveis conflitos emergentes ao invés de abafá-los, visando o crescimento do grupo, a criação do vínculo de responsabilidade entre seus membros e do sentimento de soberania, autogestão, auto-organização e real autonomia.

Todos esses aspectos são fundamentais em um projeto político-pedagógico cooperativo, a partir do momento em que se reconheça esse espaço como possibilidades “de construção coletiva dos conhecimentos disponibilizados pela cultura de uma sociedade, assim como aqueles existentes no grupo” (ALBUQUERQUE, 2003, p. 125).

Dessa forma, percebe-se que a atuação do Serviço Social articulada aos movimentos so-

ciais vem aumentando, haja vista sua história de inserção no contexto sócio-econômico-político. O aumento das desigualdades sociais e a crescente mobilização da população em torno da modificação desta realidade vêm contribuir para um redimensionamento da atuação profissional que tende a vincular-se aos projetos das classes populares, visando à edificação de uma sociedade mais justa e igualitária, o que passa pela construção da democracia e da cidadania plena.

Um grupo obtém uma adaptação ativa à realidade quando adquire *insight*, quando se torna consciente de certos aspectos de sua estrutura e dinâmica, quando torna adequado seu nível de aspiração a seu status real, determinante de suas possibilidades. Em um grupo sadio, verdadeiramente operativo, cada sujeito conhece e desempenha seu papel específico, de acordo com as leis da complementaridade. É um grupo aberto à comunicação, em pleno processo de aprendizagem social, em relação dialética com o meio (PICHON-RIVIÈRE, 1998, p. 79).

Desse modo, pode-se constatar que são muitos os atravessamentos que perpassam as relações interpessoais na sociedade em geral. Alguns deles tornam-se evidentes ao analisarmos as cooperativas habitacionais.

Alguns são contundentes, ao observar-se o aumento do abismo social entre as classes, decorrente da concentração de capital e má distribuição da renda, da predominância do mercado sobre o Estado, do individual sobre o coletivo, e de todas as funestas consequências que o capitalismo globalizado estabeleceu nos últimos anos. Aí se encontra o desafio e todas as dificuldades para o desenvolvimento da práxis do/a assistente social, com o enfrentamento da questão social em suas múltiplas expressões (família, trabalho, saúde, educação, habitação, segurança...)

Ao analisarmos a situação do Brasil, percebe-se a desigualdade social, política, econômica e cultural vivenciada pela população, e que tem raízes na história das relações sociais de dominação e exploração de classe, que resulta das contradições sociais próprias do modo de produção capitalista e que tem como agravantes as discriminações de gênero e raça.

Com os grupos estudados não é diferente. Historicamente, sistemas como o patriarcado e o capitalismo não só limitaram o espaço e a participação da mulher na sociedade, como também inibiram a efetivação de seus próprios direitos como práticas justas e igualitárias, através de construções sociais que definem e articulam os âmbitos masculino e feminino, gerando relações de poder, discriminação e subordinação.

Nesse contexto, e em termos da realidade brasileira, a resignação e o medo da participação parecem resultar, também, dos anos de autoritarismo que perpassam nossa história, nossa cultura, nossos hábitos e nossas ações. Em vez de ser encarada como uma regra geral, participar tornou-se uma exceção. Tem-se, então, o/a cidadão/ã limitado/a, sem iniciativa, sem autonomia, sem poder decisório.

Além disso, vários segmentos sociais e também gestores/as, administradores/as, políticos/as, cultivam preconceitos em relação às possibilidades e à legitimidade de uma gestão participativa em empreendimentos cooperativados. E, às vezes, até eles/as próprios/as.

Assim, para que a autogestão exista realmente, demanda o comprometimento, a responsabilidade e a interdependência entre os/as associados/as, o que nem sempre é compreendido e aceito, pois é muito forte no imaginário sociocultural a reprodução do modelo hegemônico hierarquizado.

A participação tem duas bases complementares: uma base *afetiva* – participamos porque sentimos prazer em fazer coisas com outros – e uma base *instrumental* – participamos porque fazer coisas com os outros é mais eficaz e eficiente que fazê-las sozinhos (BORDENAVE, 1992, p. 16).

No grupo em questão, consideramos a participação relativamente boa, na medida em que a maioria comparece às reuniões – sua mensuração não pode ficar restrita à presença física, certamente – e envolvem-se nas decisões, alguns/as de maneira mais expansiva, outros/as menos, mas desafiados/as constantemente a fazê-lo de forma solidária e democrática.

A participação é o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo. Além disso, sua prática envolve a satisfação de outras necessidades não menos básicas, tais como a interação com os demais homens, a autoexpressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar coisas e, ainda, a valorização de si mesmo pelos outros (BORDENAVE, 1992, p. 16).

Desse modo, entende-se que participação vai muito além da simples presença física em um empreendimento, em um evento. Pressupõe-se um tal comprometimento com a causa, com a entidade e com os/as demais envolvidos/as de forma que a contribuição de cada indivíduo seja fundamental na consecução dos objetivos comuns, no planejamento, gestão, controle e nas decisões do grupo.

Com base em Demo (2000), pode-se afirmar que a participação de todos/as os demais associados/as, nos casos estudados, não é total, de nível ótimo, pois carece de uma “entrega”, de um comprometimento em relação à sua Cooperativa. Falta-lhes engajamento em algumas atividades promovidas por esta, como eventos para arrecadação de recursos, mutirões para roçadas e preparação do terreno ou descarga de caminhões de materiais que chegam para as futuras obras, entre outras. Segundo os/as entrevistados/as, quase sempre “são os/as mesmos/as que fazem, lideram...”. Falta-lhes, ainda, um sentimento de pertença que talvez possa ser entendido através do viés cultural e de tantos outros fatores elencados anteriormente.

A pessoa politicamente engajada deixa-se levar pela ideologia, mais do que por argumentos racionais, porque o sentido de pertença e envolvimento lhe parece mais essencial. Surge o fenômeno da entrega, tipicamente emocional, quando experimenta a intensidade do fenômeno participativo em profundidade, como algo que estaria além do controle. Tal entrega pode sempre indicar relativa ingenuidade – já que todo movimento político, partido ou associação possuem inúmeros

defeitos – mas sem isso, ficaríamos com o “pé atrás” e acabaríamos sem participar plenamente. A envolvimento plena tende a ceder no questionamento, compensando-se na intensidade participativa (DEMO, 2000, p. 74).

Prosseguindo, constata-se que o único ponto negativo mencionado sobre a trajetória da cooperativa não está diretamente relacionado com a atuação da assistente social:

“A gente já tem toda a documentação, tudo, está tudo certo. O que está nos barrando agora é o meio ambiente, então esse é o nosso único problema hoje”.

Destaca-se que outros aspectos negativos não foram explicitados nas entrevistas, significando, talvez, uma preocupação em manter uma boa imagem externa da cooperativa ou de baixa criticidade em relação aos processos lá desenvolvidos. Outras possibilidades são a de que não existam, realmente, outros pontos negativos relevantes ou, se existem, já estão em fase de superação, não sendo fator decisivo no atual estágio do empreendimento.

A Cooperativa B menciona como positiva a assessoria desde o momento da sua constituição, considerando a ampla experiência da assistente social nestes processos, junto ao segmento habitacional de Bento Gonçalves.

Então, os primeiros passos têm que ser... Tem que ter uma assistente social, porque tu não sabe o que tu vai fazer e assim a assistente social, ela tem a experiência e ela vai te dizer, tu vai por esse caminho aqui, tudo faz assim, tu faz assado, é desse jeito que tem que ser feito, é daquele jeito que tem que ser feito, porque nós não sabemos...porque no começo da cooperativa a gente não sabe, não conhece direito o caminho, daí elas foram instruindo nós por onde que nós temos que ir, então, eu acho que, se não tivesse assistente social hoje, na cooperativa...

De um modo geral, percebe-se que o número das instituições empregadoras dos/as assistentes sociais¹⁵ não é muito expressivo nas políticas de

¹⁵ Segundo Abreu (2002, p. 182), “a esfera estatal permanece concentrando o maior número das instituições empregadoras dos assistentes sociais, o que significa dizer também que é o setor com a maior concentração desses profissionais, distribuídos, sobretudo, no âmbito das políticas de seguridade social – com destaque para as áreas da saúde e da assistência social (*stricto sensu*), especialmente a intervenção junto à situação da criança e do adolescente – e, em menores

habitação. Também não foi possível, neste estudo, identificar o número de assistentes sociais no cooperativismo, principalmente no segmento habitacional.

Talvez isso possa ser explicado pelo fato do cooperativismo habitacional ser um campo relativamente novo de atuação para os/as assistentes sociais. Sua inserção exige que o/a profissional ultrapasse uma visão fragmentada do contexto macro, percebendo as transformações sociais – principalmente as urbanas –, decifrando, na articulação dos processos econômicos, políticos e culturais, os desafios e as possibilidades de trabalho, principalmente na consolidação do direito à moradia.

Por parte das cooperativas, embora reconheçam e valorizem esta inserção, pode-se depreender que a falta de recursos para manutenção de uma profissional com contrato efetivo seja um empecilho significativo, num contexto em que o grupo envia sérios esforços para a obtenção dos valores monetários necessários para a realização de seu objetivo, seu sonho da construção da casa própria.

Assim, a Cooperativa B valoriza a inserção da profissional por sua ampla experiência, mas não somente por isso. Reconhece outros aspectos de sua capacitação técnica, conforme se pode constatar em outros momentos das entrevistas, como, por exemplo, quando se referem à socialização de informações, assessoria na articulação e organização dos grupos, mediação de conflitos inter-relacionais, entre outros.

O acompanhamento desses processos sociais, bem como a pesquisa da realidade social vigente, são elementos fundamentais do exercício profissional, principalmente no que se refere à questão social e suas múltiplas manifestações (IAMAMOTO, 2001).

No caso específico das cooperativas estudadas, percebe-se que a atividade da assistente social está fortemente associada à sua formação teóri-

co-metodológica, técnico-operativa e ético-política, pois apresenta capacidade para a leitura e o acompanhamento dos processos sociais, além de estabelecimento de vínculos e identificação com as causas dos vários atores sociais com os quais atua.

No âmbito do Serviço Social, a consolidação do projeto ético político que orienta o trabalho profissional e o processo de formação do assistente social supõe uma formação generalista, sólida, pautada pela crítica social e pela competência teórico-metodológica e operativa orientada pelas Diretrizes Curriculares, pela teleologia do Código de Ética Profissional e pela Lei da Regulamentação da profissão (CARVALHO E SILVA, 2005, p. 37).

Ainda, segundo as autoras (2005, p. 134), a partir do Projeto Profissional de Ruptura do Serviço Social¹⁶ novos aspectos passaram a incorporar a configuração da profissão: “a dimensão organizativa, a dimensão acadêmica (formação profissional e produção científica) e a dimensão de intervenção na realidade social, quer no âmbito das instituições estatais, das organizações não governamentais, como junto aos movimentos sociais e sindicais”.

Do mesmo modo que a cooperativa anterior, um dos aspectos negativos apontados na trajetória não está diretamente relacionado com a atuação da assistente social, e sim com aspectos legais e burocráticos do empreendimento: “Nós temos assim uma questão do nosso terreno estar demorando a pegar a licença ambiental [...]”. Outra fala ilustra os problemas iniciais de liderança no grupo, relacionando-os com as dificuldades na documentação:

Nós tivemos uma liderança que o pessoal achava que em dois anos nós estava construindo, sabe, um cara muito fraco, ele não trabalhava muito com a razão, ele já saiu da cooperativa, ele trabalhava muito com a emoção, ele achava que em dois anos nós íamos construir, só que a gente foi vendo, no decorrer do tempo que tem todas as questões legais, tem a questão da terra, tem a questão do plano diretor, tem a questão ambiental...

proporções, no que se refere às políticas de educação, previdência, habitação, bem como ao campo da justiça e outros não especificados”.

¹⁶ Sobre o Projeto Profissional de Ruptura do Serviço Social, ver Netto (1990) e Silva (1995)

Neste aspecto, também para atuar em campos relativamente recentes, como o do cooperativismo, acredita-se que os/as assistentes sociais precisam, antes de tudo, segundo Iamamoto (2001), comprometer-se com a permanente formação e atualização, bem como realizar análises críticas e proposições conectadas com o mundo contemporâneo.

Assim, segundo a mesma autora, é possível que o espaço complexo ocupado pelo cooperativismo na atualidade – com sua força potencial nos aspectos sociais – formando uma unidade dialética com o econômico e permeado pelo político e pelo cultural, constitua-se em *locus* privilegiado para a atuação do assistente social, em sua práxis pedagógica cotidiana, que perpassa vários aspectos da vida humana, no mundo do trabalho e fora dele, na perspectiva coletiva e solidária, inovando e ampliando seu âmbito de atuação profissional.

Como um dos aspectos positivos de sua atuação, a assistente social declarou que é “poder contribuir com a Política Habitacional do Município, sendo esta uma mediação para a cidadania, para o exercício de práticas democráticas”.

Do mesmo modo, a inserção deste profissional, pelas características abrangentes de sua formação teórico-metodológica, ético-política e técnica-operativa, pode contribuir – e muito – para o desenvolvimento do cooperativismo e de uma sociedade mais justa, autônoma e igualitária, na medida em que ele está habilitado, segundo Iamamoto (2001), a promover articulações políticas, apresentando contribuições, sobretudo na área da educação informal de grupos e comunidades, gerência e coordenação de programas, assim como na comunicação democrática individual, grupal e em fóruns coletivos, na realização de pesquisas que busquem captar os nexos do movimento da realidade, na produção de conhecimento, além de outras tantas estratégias de intervenção social.

Questionada sobre o que considera os pontos negativos, a profissional respondeu:

Não diria ser um ponto negativo, mas um dos limites enfrentados é a dificuldade de articular valores que foram incorporados ao longo de suas vidas com os ideários

cooperativistas; dificuldade dos usuários de visualizar as relações de força e nelas criarem estratégias de intervenção.

Observada esta colocação, se percebe que o objetivo da sociedade é reproduzir, através da educação, os princípios, costumes, regras, os códigos sociais de inter-relações, enfim, os modelos de referência no interior dos quais se situam os indivíduos de uma nova geração. Assim, a educação tem um papel importante quando é percebida e integra-se na vivência cotidiana, como possibilidade de formação de sujeitos preparados para o exercício consciente da cidadania e pleno desenvolvimento de suas potencialidades. No caso inverso, ela cumpre um papel negativo no sentido de acentuar as disparidades sociais.

Assim, torna-se fundamental refletir sobre os efeitos uniformizadores do sistema educacional e de aquisição da cultura, pois, dependendo da forma como são praticadas – quase sempre ligadas à hierarquia dos valores que ela veicula –, tendem a privilegiar os valores da classe dominante.

Neste contexto, passa-se a visualizar a educação cooperativa – prevista no quinto princípio do cooperativismo – como base para a participação, a autonomia e a emancipação dos/as associados/as, bem como para o fortalecimento e potencialização da democracia cooperativa na atualidade. Considera-se a educação cooperativa como um dos aspectos fundamentais para a contribuição positiva e ativa, com efetiva participação dos/as associados/as nas ações e na gestão da cooperativa à qual estão vinculados/as.

Pode-se ainda supor que muitos dirigentes de cooperativas percebam apenas o aspecto da maximização da utilidade do serviço prestado aos associados/as como foco e viés fundamental de atuação, deixando de lado a educação cooperativa por a entenderem como secundária, ou, até mesmo, incômoda, uma vez que associados/as informados/as e atualizados/as sobre a história, princípios, teorias e métodos do acervo cultural cooperativista podem tornar-se multiplicadores/as de uma visão renovada da doutrina junto a outros/as associados/as, o que pode não interessar a dirigentes inflexíveis em permitir o livre flu-

xo das informações ou que estão, há muito, instalados em confortáveis patamares de poder.

Entretanto, Bourdieu¹⁷ afirma que “não há democracia efetiva sem um verdadeiro poder crítico”, afirmação que tem a concordância da realizadora do presente estudo.

Torna-se imperativo, deste modo, desencadear processos de realização participativa, buscando a consolidação de uma cultura democrática. Para Demo (2001, p. 20), “participação supõe compromisso, envolvimento, presença em ações por vezes arriscadas e até temerárias. Por ser processo, não pode também ser totalmente controlada, pois já não seria participativa a participação tutelada, cujo espaço de movimentação fosse previamente delimitado”.

Considera-se a educação cooperativa como um dos aspectos fundamentais para a contribuição positiva e ativa, com efetiva participação dos/as associados/as nas ações e na gestão da entidade à qual estão vinculados/as.

No caso destes empreendimentos, o/a associado/a terá que possuir as condições teóricas mínimas e necessárias para que possa desenvolver habilidades para quando se deparar com momentos de decisão, saber avaliá-los, julgá-los, apreendê-los e implantá-los democraticamente, de acordo com a sua realidade e a da cooperativa na qual está inserido/a. Sob o ponto de vista apenas da prática, o/a associado/a fica à mercê da técnica e, portanto, se torna autômato, simples repetidor e sujeito a manipulações ideológicas e paternalistas.

4.2.2 Divergências/convergências das perspectivas da profissional com as da Cooperativa

Indagados sobre o trabalho da assistente social na cooperativa, depois de tantos anos, no que se refere às perspectivas da diretoria e às da profissional, a Cooperativa A percebeu a importância da intervenção dela na organização e respeito a cada etapa do processo, segundo suas próprias declarações:

– Hoje ela faz parte da família já. (*risos*)

– Com certeza.

– Porque, como ela está com a gente há quase seis anos, né, sempre a mesma, então...a gente até falou que ela ia sair no início do ano, porque a gente não precisava mais dela, mas para nós agora é uma fase muito importante, então, a gente precisa dela, porque é a fase que a gente vai começar a construir, então, a gente precisa porque tem que ter alguém que segure a diretoria, porque, se dependesse da diretoria, a essa hora acho que a gente já estava até com as casas prontas (*risos*)

– Mas isso é bom ou não?

– De um lado é bom, mas do outro atropela as coisas, então ela não deixa a gente atropelar, ela vai por etapas... Organiza mais o trabalho. Ela põe a gente na nossa realidade, né, não adianta a gente querer voar muito alto e depois cair, então a gente voa mas ela já puxa a gente pelo pé e põe o pé no chão porque a gente vai sonhando, vai falando, e vai querendo e tudo a gente quer, quer, quer, só que não é bem assim, né?

Nos últimos anos, principalmente na esfera da sociedade civil, tem-se evidenciado uma potencialização nas demandas profissionais do Serviço Social relativas a movimentos, organizações não governamentais e outras entidades sem fins lucrativos.

Neste quadro, a função pedagógica da prática dos assistentes sociais ressitua-se nas relações sociais vinculadas a mediações que viabilizam processos contraditórios de reforma intelectual e moral, em curso na sociedade. No contexto dessas mediações, são distinguidos recortes das pedagogias subalternizantes e da construção de uma pedagogia emancipatória pelas classes subalternas (ABREU, 2002, p. 185).

Desse modo, podemos inferir das falas dos/as pesquisados/as que existe, sim, um processo pedagógico em andamento, a partir do momento em que há, da parte destes/as, um reconhecimento pela qualidade técnica do trabalho realizado pela profissional, levando, inclusive, ao estabelecimento de vínculos afetivos para além do campo laboral e, da parte desta, uma atuação que reatualiza e redimensiona antigos eixos temáticos da profissão, como a “ajuda psicossocial

¹⁷ FERRARI, Márcio. “O pesquisador da desigualdade em sala de aula”, *Revista Nova Escola*, n.198, ano XXI, São Paulo: Ed. Abril, dezembro de 2006. p. 59-62.

individualizada”, a “participação” e a “formação de uma vontade coletiva nacional popular” (ABREU, 2002, p. 186).

Para a Cooperativa B, a interrupção do trabalho da assistente social, justamente no momento em que as altas expectativas criadas pela diretoria anterior não se confirmaram, foi um dos fatores de desagregação do grupo, pela desistência de vários/as cooperados/as.

Eu identifiquei problemas quando saiu a assistente social, nessa, no campo principalmente da motivação, né, tanto que o L. falou, que a gente pensou em retomar, para fazer um trabalho específico nesta área, acabou não tendo o aval do grupo todo, né, mas eu acho, no meu modo de ver, eu achei que faltou, naquele momento ali, que se quebrou as expectativas, né...Como o L. disse que a liderança anterior criou expectativas que acabaram não se confirmando, quanto a rapidez do processo de construção e coisa e tal...Nesse momento foi justamente quando a assistente social tinha saído e daí muita gente acabou desistindo, eu acho por falta de ter uma assistência (*risos*) social...

Assim, deve-se considerar que o conjunto de transformações sociais em curso, tensionadas em função dos novos processos produtivos e do novo mundo do trabalho, reforça as tendências à individualização, à fragmentação da classe subalterna, à despolitização da questão social e ao recrudescimento da retórica ideológica capitalista, visando mascarar os interesses coletivos e a formação de uma consciência de classe autônoma e emancipatória.

Isso talvez possa explicar a baixa motivação e pouca resistência de alguns/as associados/as em acompanhar a consecução de seus objetivos, que pode ser lento e demorado – ou seja, a construção da moradia para todos/as os componentes do grupo, de forma solidária, dentro de um processo que requer atitudes conscientes e procedimentos seguros, tanto por parte dos/as cooperados/as como do conselho administrativo da cooperativa.

Já para a profissional de Serviço Social envolvida com as cooperativas habitacionais de Bento Gonçalves, falta um pouco mais de valorização por parte dos associados, do trabalho desenvolvido por ela.

A luta permanente é sobre a conscientização da importância da participação não só do associado, mas também dos familiares em todo o processo. Os horários intermediários (noite e fim-de-semana), que requerem do profissional disponibilidade sempre, sacrificando às vezes o convívio com a própria família, às vezes não é valorizado por todos associados. Alguns até acreditam que o assistente social deveria trabalhar gratuitamente.

O/a assistente social deve estar impregnado/a destas duas perspectivas – conhecimento científico e do senso comum –, fazendo uso de sua experiência, competência e formação, a fim de que surtam efeitos em suas ações, pois a dinâmica na qual os atores estão inseridos os coloca na possibilidade de êxitos e fracassos. São muitas as teorias e enfoques para dar conta dos pormenores que existem, pois se lida com a pluralidade de saberes, subjetividades e preconceitos, que muitas vezes estão arraigados como verdade absoluta (MUNHOZ, 2001).

Mesmo sabendo que carregam o rótulo de “mocinhas caridosas” originado nos primórdios da profissão em que seguiam a ideologia humanista de que deviam escutar as pessoas, passando a elas a ideia de que resolveriam os seus problemas, “confortando-as” ou “ajudando-as”, as profissionais têm a consciência, hoje, do seu papel neste contexto, e da importância de uma práxis comprometida com a população, posicionada em favor da equidade e justiça sociais, da autonomia, da emancipação e da plena expansão dos indivíduos.

Sobre as divergências com a diretoria, a assistente social declarou que isso às vezes acontece, como é característico dos relacionamentos humanos, mas acredita que também estes momentos são possibilidades de crescimento pessoal e profissional:

Como em tudo, o crescimento é gradativo, e o aprendizado é permanente, também aprendemos e evoluímos com a experiência exercida cotidianamente com os grupos, também nos modificamos enquanto ser, agregamos conhecimento.

Embora tais divergências não sejam explicitadas nas entrevistas, é possível fazer uma analogia entre a atuação do/a assistente social em cooperativas e em outros espaços, no que se refere à

avaliação das relações socioinstitucionais antagônicas e contraditórias, da correlação de forças e dos jogos de poder que mediatizam estas práticas profissionais.

Esta avaliação favorece condições para o deslocamento do eixo da atuação profissional da dimensão individual para dimensão política da problemática vivenciada, apontando, assim, para a alteração da correlação de forças, no sentido do reconhecimento público dos interesses dos usuários (ABREU, 2002, p. 140).

Pode-se depreender então, a partir do estudo realizado, que, assim como em outros espaços societários, o âmbito das cooperativas habitacionais também pode se caracterizar por um ambiente propício a divergências político-ideológicas e econômicas, constituindo-se em desafio para o/a assistente social o redimensionamento da relação profissional numa perspectiva emancipatória e democrática, a partir dos interesses coletivos do empreendimento.

4.3 Terceira categoria de análise: relação entre o trabalho da assistente social e a trajetória de êxito/fracasso da cooperativa

Nesta categoria, buscou-se detectar a existência de relação entre o trabalho da assistente social e a trajetória de êxito ou de fracasso das cooperativas, a partir da análise das expectativas dos/as associados quanto ao seu ingresso e de suas percepções quanto à sua contribuição aos empreendimentos.

4.3.1 Expectativas a partir do ingresso da assistente social

Os/as entrevistados/as da Cooperativa A declararam que, no início, não conheciam o trabalho da assistente social. Perguntados sobre isso eles/as responderam:

- Não, eu não conhecia.
- Eu também não.
- Eu imaginava que a assistente social era só para ajudar coisa social, lá fora, ajudar quem precisava de alguma coisa, a assistente social ia lá e encaminhava...

– É. Um negócio tipo, por exemplo: Conselho Tutelar, presídio, chuva que desabou as casas então a assistente social ia lá para tentar ajudar, para ver o que que podia fazer...

As percepções da população em geral com relação ao/a assistente social como mediador de ações filantrópicas, de “ajuda” material e psicossocial foram engendradas no processo histórico-político-ideológico da profissão.

A sistematização do processo de “ajuda” pelo Serviço Social, nos marcos da racionalização da assistência social, condensou duas demandas fundamentais: a necessidade de eficiência na administração da “ajuda” material, considerando as exigências do capital em manter baixos custos com a reprodução da força de trabalho e a eficácia quanto à imposição do cunho educativo, ressocializador, e a essa administração, induzindo o indivíduo a determinada maneira de pensar e agir (ABREU, 2002, p. 88).

Assim, pode aparentar ser natural que os/as entrevistados/as tivessem essa percepção no momento da inserção da profissional na cooperativa, superada, ao que parece, pela atuação segura e competente da assistente social, conforme suas próprias declarações.

No caso da Cooperativa A, os/as sócios/as, mais tarde, concentraram suas expectativas na atuação da assistente social por sua ampla experiência no movimento cooperativista habitacional. Para eles/as, “ela já acompanhou outras cooperativas que já construíram tudo, né, já acompanhou também, então ela tem experiência para trazer para nós também”.

Já os integrantes da Cooperativa B, que não contam atualmente com a atuação da assistente social, conheciam, valorizavam e também depositaram suas expectativas na experiência da profissional:

Ela é muito importante, principalmente no começo, tá, onde o pessoal não tem maturidade e não tem experiência. Então, elas vivenciam as experiências das outras cooperativas, das mais antigas e procuram passar isso para as novas, então, principalmente, a gente percebeu a importância das assistentes sociais na formação da diretoria da cooperativa, em primeiro lugar, tá...

Para estes/as associados/as, a profissional utiliza os conhecimentos adquiridos através do tra-

balho com outras cooperativas para assessorar os novos empreendimentos, facilitando a trajetória.

- Elas no começo quando tu começa a cooperativa, quando tu vai buscar um terreno, elas aconselham muito, sabe.
- Ajudam bastante...
- É...em virtude da experiência que elas já tiveram com as outras. Tanto é que a gente formou até um, formamos até um passo a passo na hora de tu buscar, por exemplo, um terreno, né. Nós temos hoje quatro cooperativas que têm terreno, só que um terreno que não tem infraestrutura, né, são terrenos que estão em área rural, né. E isso está se corrigindo, hoje as cooperativas novas que estão ingressando aí, elas já trabalham muito nesta questão de pegar um terreno já que tu saiba que não vai ter problema. E é tudo coisa que vai se resolvendo mas demora um pouco mais.

Apesar do reconhecimento do trabalho especializado do Serviço Social na área do cooperativismo habitacional em Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul, a Cooperativa B não conseguiu manter, financeiramente, a contratação da profissional, mas os/as entrevistados/as declararam que, quando estiverem na fase de iniciar a construção das casas, pensam em retomar a assessoria, em função da sua capacitação na organização, articulação e motivação dos/as associados/as.

Perguntada sobre sua expectativa ao ingressar no cooperativismo habitacional, a assistente social respondeu que era a de “efetivamente poder contribuir para a vivência de práticas democráticas.”

As cooperativas habitacionais se apresentam como uma alternativa eficaz para a amenização do grave déficit habitacional brasileiro, além de promoverem a inclusão socioespacial de população de baixa renda. Entende-se que no cooperativismo o esforço resultante dos/as cooperativados/as não só deve fortalecer a cooperativa, bem como deve ser um passo para uma mudança de valores e paradigmas que se referenciam nos pioneiros de Rochdale, em 1848.

Torna-se necessário a articulação sob o regime de autogestão e ajuda mútua, com relações horizontais, para fortalecer a cooperativa e de fato criar novos valores, tendo-se sempre em vista que a cada cooperativado/a cabe uma parcela

de responsabilidade, a qual não pode e não deve ser delegada a outro/a.

Em se tratando do cooperativismo habitacional, o processo deverá ser sempre, muito mais que o de construir uma moradia. Particularmente, em relação ao papel do Serviço Social, trata-se de potencializar um novo ser, um/a cidadão/ã pleno/a e atuante, quer seja pela participação autogestionária e solidária, quer seja pelas ações que será capaz de desenvolver, na chamada participação consciente, que as pessoas exercem na verdadeira cooperativa.

4.3.2 Percepção da situação de êxito/fracasso da cooperativa e as contribuições do Serviço Social

Para a Cooperativa A, a trajetória desenvolvida até aqui é exitosa. Segundo o depoimento da presidente,

A gente pecou por alguma falta de informação, mas, fora isso, eu acho que são erros, não são nem fracassos, são erros que a gente pecou por falta de informação, porque a gente podia ter conseguido as coisas, de repente, de uma outra forma... nada que abalasse, que botasse em dúvida o nosso movimento, o nosso objetivo.

As pessoas, como eu disse anteriormente, não se conhecem, então ela faz, como é que se chama? Integração, ela faz umas brincadeiras... Dinâmicas de grupo. Tu acabas conhecendo o teu colega, então, é interessante porque tu acaba até desenvolvendo mais teu raciocínio, até o negócio do cooperativismo, tudo isso influi, né, na assistente social. Eu acredito que, se hoje ela não estivesse com nós, não sei te dizer se nós estaríamos como estamos hoje, ou de repente podíamos estar melhor, não posso, não tenho como te dizer, mas eu acredito que o que ela tem feito com nós até hoje foi de grande valia.

Mesmo na Cooperativa B, que não dispõe, no momento, da atuação da assistente social, há a percepção da importância desta profissional na trajetória da cooperativa.

Eu queria complementar que, adiante, conforme vai se desenvolvendo, no desenrolar da história da cooperativa, também é de se frisar que elas tem um papel importante na motivação. Conforme vai passando os anos, o pessoal vai desanimando, em termos, né. Claro, quem tem um objetivo não desiste, mas muitas pessoas co-

meçam a enfrentar problemas com isso e a assistente social também desempenha um papel muito importante nessa...nessa parte, de...como ela já faz esse aconselhamento, este esclarecimento desse... também...propõe caminhos, ela também tem esse poder de motivar, até pelas oficinas, pelos trabalhos em grupo, ela fez várias atividades...

Indagada sobre a importância de sua intervenção junto às cooperativas, a assistente social considerou fundamental pois “contribui para o fortalecimento de ações coletivas e singulares”. Segundo ela, a intervenção profissional do Serviço Social permite estabelecer a “relação dialética da teoria/prática, numa relação essencialmente político-educativa. Tal relação se dá através da construção e fortalecimento de projetos coletivos, da participação e da ascensão da consciência de todos/as os/as envolvidos/as”.

Disse ainda que percebe uma trajetória de êxitos, a partir do momento em que foram atingidos os objetivos estipulados em sua criação, “porque estes sempre foram revistos e modificados no decorrer dos anos, conforme a necessidade”.

Complementou, dizendo que sua percepção se baseia no fato de “realmente todos os associados e a equipe técnica termos desenvolvido uma prática consciente e enquanto sujeitos em busca de igualdade, a fim de gestar um novo real”.

Constata-se, através do estudo, que, em ambos os casos, as cooperativas consideram que atingiram com êxito os objetivos propostos até aqui, apesar de alguns percalços que tiveram de enfrentar, citando prioritariamente os de ordem técnica, já que os motivacionais e de relações interpessoais têm sido superados com as contribuições da assistente social.

Esta também relaciona sua atuação com os avanços encontrados nas cooperativas, a partir do momento em que consegue desenvolver uma práxis dialógica, catalisadora de processos de amadurecimento do grupo na própria rotina da cooperativa e apoiadora dos/as cooperados/as no seu desenvolvimento rumo ao nível de consciência crítica, construindo, desconstruindo e reconstruindo procedimentos de autogestão e democracia participativa.

4.4 Percepções dos/as cooperativados/as sobre os princípios do cooperativismo e o papel da assistente social na sua divulgação

Nesta categoria, procura-se avaliar o quanto os/as associados/as das cooperativas habitacionais conhecem os princípios do cooperativismo e os praticam em seus empreendimentos, bem como perceber o nível de envolvimento da assistente social pela sua disseminação junto aos/as cooperados/as, buscando caracterizar um espaço de reflexão sobre os pontos de conexão entre os princípios fundamentais do Código de Ética Profissional do/a assistente social e os princípios do cooperativismo.

Assim, quando indagados/as se sabiam quais eram os princípios do cooperativismo, os/as integrantes da Cooperativa A disseram desconhecê-los, assim se manifestando:

– Olha, foi falado, agora se tu me pedir, assim...

– Não.

– Não que eu me lembre. O que a gente fala muito do cooperativismo é... hã...me ajuda...(risos)

Entretanto, ao serem citados os princípios um a um, solicitando que cada sócio/a falasse a respeito, percebe-se que eles/as não só os conhecem como os vivenciam com bastante intensidade no cotidiano da cooperativa, como se pode apreender pelo teor de algumas de suas falas, nas quais se percebe também a mediação pedagógica da assistente social nesta temática:

Eu tenho os princípios aqui, eu só queria saber se vocês acham que eles são levados em conta. Por exemplo: adesão livre e voluntária; gestão democrática pelos membros; participação econômica dos membros; autonomia e independência...

– Cada um votar conforme sua cabeça, sem pressão...

– Levando em consideração o bem comum...sim, a pessoa pode pensar da maneira dela, mas não que a diretoria pressione: tem que votar nisso. Se ela achar que não, ela tem o direito de ser contra...

Isso vocês acham que funciona no grupo?

– Sim...

... educação, formação e informação; intercooperação...

– até tem cooperativas que... a gente se empresta dinheiro, no nosso caso nunca ninguém pediu para a gente, mas aconteceu casos de cooperativas emprestarem dinheiro uma para a outra, né, na fase de construção, ou na compra do terreno, então é feito uma negociação e e uma empresta para a outra sem problemas nenhum.

Funciona?

– Funciona...

E o último é interesse pela comunidade, que imagino que seja um dos princípios que vocês... Isso que eu queria saber: se vocês acham que esse trabalho da assistente social favorece que vocês ponham em princípios em prática dentro da cooperativa?

– Sim.

– Sim, no meu ponto de vista.

– Com certeza.

– É justamente isso aí, não com essas palavras que a gente pensa, né, mas...eu na verdade nunca tinha lido isso aí, foi bom. É que eu faz pouco tempo que estou participando assim, né...

– É que na realidade é assim...A gente fala do cooperativismo, é como eu te disse, eu te dizer o que que é o cooperativismo eu não sei. Eu sei te dizer que é tudo isso que tu falou, mas em outras palavras (*risos*).

– É quem, nem um médico, né, ele fala as palavras que tu não entende, mas na realidade tu põe em prática no dia a dia...(*risos*)

Na Cooperativa B, onde foram adotados os mesmos procedimentos citados anteriormente junto aos/as entrevistados/as, as percepções eram mais claras e consistentes, não só em relação aos princípios como também da relevância da intervenção da assistente social desde o início do processo de formação da cooperativa.

– Eu creio que a gente cumpre todos eles...

– E, como eu vinha dizendo, acho que lá, principalmente naquele início a profissional de assistência social foi muito responsável por informar os princípios do cooperativismo e também caminhar no sentido de efetivamente cumpri-los e implementá-los, né? Trabalhando com o grupo e esclarecendo. Ninguém é conhecedor exatamente, mas como eu te disse, a gente cumpre todos eles. Mas, claro, foi um trabalho que foi feito desde o início, como dissemos. O início foi bem acompanhado pela assistente social, ela teve uma função importante,

garantir a democracia, garantir que a livre adesão, o interesse pela comunidade, a informação, a questão de colocar para o grupo as áreas alternativas que tem para que o grupo pudesse escolher, garantir que a prática diária fosse de acordo com os princípios, ela teve um trabalho muito importante.

Já a profissional entrevistada declarou-se segura de que sua práxis educativa tem contribuído, e muito, para introjetar tais princípios em todos/as os/as envolvidos/as nas cooperativas habitacionais com as quais trabalha. Indagada se considera que nas cooperativas são levados em conta os princípios do cooperativismo, a mesma respondeu:

– Com certeza sim, caso contrário, o grupo não se mantém enquanto grupo.

Você acredita que, com sua prática como assistente social, facilitou o conhecimento destes princípios? Por quê?

– Sem dúvida, pois é necessário tornar visível cotidianamente aos associados em que situações os princípios estão presentes nas suas ações, nas suas decisões, na gestão cooperativa... a crítica e a autocritica exercida permanentemente através de avaliações constante da prática tem auxiliado neste processo.

Dessa forma, pode-se inferir que, mesmo através de uma educação não formal, os/as associados/as assimilaram as informações repassadas pela profissional em relação aos princípios cooperativistas, e os colocaram em prática em seus empreendimentos, de maneira mais intuitiva do que conceitual, formal, sistemática, dependendo-se daí a importância das mediações pedagógicas nas cooperativas.

A mediação pedagógica parte de uma concepção radicalmente oposta aos sistemas de instrução baseados na primazia do ensino como mera transferência de informação. Entendemos por mediação pedagógica o tratamento de conteúdos e das formas de expressão dos diferentes temas, a fim de tornar possível o ato educativo dentro do horizonte de uma educação concebida como participação, criatividade, expressividade e relacionalidade (GUTIERREZ E PRIETO, 1994, p. 62).

Ainda, segundo Gadotti (2005, p. 4),

O conhecimento serve primeiramente para nos conhecer melhor, a nós mesmos e todas as nossas circunstâncias. Serve para conhecer o mundo. Serve para adquirirmos as habilidades e as competências do mundo do traba-

lho; serve para tomar parte nas decisões da vida em geral, social, política, econômica. Serve para compreender o passado e projetar o futuro. Finalmente, serve para nos comunicar, para comunicar o que conhecemos, para conhecer melhor o que já conhecemos e para continuar aprendendo. Conhecer é importante porque a educação se funda no conhecimento e este na atividade humana. Para inovar é preciso conhecer.

A cooperativa deve ser a principal articuladora das políticas de educação a serem adotadas na entidade. Entretanto, cabe aos associados/as participar da elaboração e pressionar os/as dirigentes para que atuem efetivamente na implantação de propostas educacionais com mediações pedagógicas que permitam o avanço na construção da cultura cooperativista, sem, entretanto, descuidar em difundir os aspectos históricos e incentivar o

comprometimento com os princípios do movimento cooperativo, seus processos históricos de mobilização e organização.

É a partir desta conexão entre os princípios cooperativistas e os princípios da ética profissional dos/as assistentes sociais, e dos projetos societários aí implicados, que se instauram as perspectivas de enfrentamento das contradições da contemporaneidade, bem como da construção de estratégias de efetivação de direitos, relações pedagógicas emancipatórias, constitutivas de processos de politização da classe trabalhadora e de mobilização por uma alternativa viável de aquisição da casa própria e, conseqüentemente, da melhoria da qualidade de vida de expressiva parcela da população.

5 O Serviço Social e o cooperativismo habitacional: algumas percepções

Com a intenção de focalizar a atuação do Serviço Social no Cooperativismo Habitacional, serão lançadas algumas percepções levantadas a partir do presente estudo de caso.

Inicialmente, é importante destacar a perspectiva levantada de existência de um elo entre os princípios do cooperativismo e os princípios éticos desta profissão, o que pode se tornar um aspecto relevante na construção de sujeitos – individuais e coletivos – situados em momentos sociais e históricos mais abrangentes, onde devem prevalecer relações dialógicas e colaborativas, construtoras de uma nova realidade para todos/as os/as envolvidos/as.

Nesse contexto, se busca entender, nas entrevistas realizadas, as subjetividades, as relações e as atitudes humanas, através de abordagens dialéticas que as compreendam e as relacionem com o todo, em suas manifestações internas e externas, suas especificidades e suas contradições.

Dessa forma, com o intuito de efetivar o objetivo de pesquisa, o de “compreender como as questões que envolvem a atuação ou não dos/as assistentes sociais está relacionada com a trajetória das cooperativas, uma vez que os princípios que regem o cooperativismo estão em consonância com os princípios éticos desta categoria profissional”, e visando atender, também, aos objetivos específicos, serão descritas, a seguir, as percepções levantadas, com base nas falas dos/as entrevistados/as, verificação de documentos e análises realizadas.

Assim, a partir da primeira categoria – verificar se, como e quando ocorreu a inserção do/a profissional de Serviço Social na cooperativa –, pode-se depreender que tanto para a assistente social, que já trabalha neste segmento por quinze

anos, quanto para as cooperativas habitacionais, o trabalho desenvolvido no início dos empreendimentos foi fundamental, na medida em que há uma prática comprometida da profissional e um nível de sensibilização dos/as associados/as para que possam se organizar na conquista de seus interesses.

Os/as associados/as foram unânimes em afirmar a importância desta presença, a partir do momento em que ela cumpre o papel de agregadora – uma vez que a maioria das pessoas interessadas não se conhece – e na superação das dificuldades iniciais de articulação, organização e compreensão do funcionamento de um empreendimento cooperativo e autogestionário, que podem ser superadas mediante a utilização apropriada dos processos de trabalho do/a assistente social.

Percebe-se que, tanto na Cooperativa A quanto na Cooperativa B, existiu uma demanda por um/a profissional capaz de assessorar o processo grupal, a articulação e a organização das cooperativas. A partir da indicação da assistente social, por parte do Sr. Airton Minúsculi, às pessoas que comporiam os grupos, como sendo a profissional indicada para esta circunstância, houve uma aceitação imediata, sendo que, mais tarde, sua atuação acabou por firmar a especificidade do seu espaço junto ao cooperativismo, tendo seu trabalho reconhecido, valorizado e sua contratação referendada pelos/as associados/as.

Em relação à profissional, percebe-se um cuidado em de assumir, a partir do acordo de trabalho, uma postura baseada em sua ampla experiência, mas, acima de tudo, condizente com sua formação teórico-metodológica e um compromisso ético-político com os interesses econômicos e sociais dos/as associados/as.

Outras considerações apresentadas dão conta dos objetivos propostos pela entidade, exitosos, segundo os/as entrevistados/as, apesar de alguns entraves de natureza técnica enfrentados, uma vez que as contribuições qualificadas da assistente social têm permitido a superação, em muitos casos, das dificuldades de ordem motivacionais e de relações interpessoais, sugeridas no decorrer do processo de constituição e de desenvolvimento da cooperativa.

Constatou-se, no presente estudo, que a partir do momento em que desenvolve uma práxis dialógica e emancipadora, que envolve desde os processos de amadurecimento do grupo na própria rotina da cooperativa até o apoio aos/as cooperados/as no seu desenvolvimento rumo ao nível de consciência crítica, a profissional entrevistada consegue visualizar sua intervenção como contribuição importante para os avanços das cooperativas, principalmente no que se refere aos procedimentos de autosugestão e democracia participativa.

Prosseguindo a partir da segunda categoria, procura-se detectar nas respostas dos/as entrevistados/as as suas percepções sobre a atuação da assistente social, na tentativa de vislumbrar pontos positivos e negativos, divergências e convergências das perspectivas da profissional com as das cooperativas.

Percebe-se que eles/as reconhecem como pontos positivos aspectos de sua capacitação técnica, principalmente no que se refere à socialização de informações, assessoria na articulação e organização dos grupos, mediação de conflitos inter-relacionais, entre outros e, em ambos os casos, as cooperativas estudadas valorizam a inserção da profissional também por sua ampla experiência. Os pontos negativos mencionados não dizem respeito diretamente à sua atuação, mas sim à cooperativa, relativos a problemas com encaminhamentos da documentação, por exemplo.

Já para a assistente social, alguns dos limites enfrentados na práxis cotidiana são as dificuldades em articular valores que foram incorporados pelos/as associados, em suas trajetórias de vida com

os ideários cooperativistas, assim como a de visualizar as relações de força e de poder existentes e, a partir delas, criar estratégias de intervenção.

Assim como em outros espaços societários, o âmbito das cooperativas habitacionais também pode se caracterizar por um ambiente propício a dissensões político-ideológicas e econômicas, constituindo-se em desafio para o/a assistente social o redimensionamento da relação profissional numa perspectiva emancipatória e democrática, a partir dos interesses coletivos do empreendimento. Pode-se depreender então, a partir do estudo realizado, que algumas possíveis divergências com a retórica são consideradas oportunidades de crescimento, diálogo e respeito às diferenças.

Na terceira categoria buscou-se detectar a existência de relação entre o trabalho da assistente social e a trajetória de êxito ou de fracasso das cooperativas, a partir da análise das expectativas dos/as associados quanto ao seu ingresso e de suas percepções quanto à sua contribuição aos empreendimentos.

De um modo geral, as percepções da população com relação ao/a assistente social são de mediador/a de ações filantrópicas, de “ajuda” material e psicossocial e foram engendradas no processo histórico-político-ideológico da profissão. No caso das cooperativas estudadas, estas concentraram suas expectativas na atuação da assistente social por sua ampla experiência no movimento cooperativista habitacional, passando, mais tarde, a reconhecer e valorizar sua prática profissional.

Outras considerações apresentadas dão conta dos objetivos propostos pela entidade, exitosos, segundo os/as entrevistados/as, apesar de alguns entraves de natureza técnica enfrentados, uma vez que as contribuições qualificadas da assistente social têm permitido a superação, em muitos casos, das dificuldades de ordem motivacionais e de relações interpessoais, surgidas no decorrer do processo de constituição e de desenvolvimento da cooperativa.

Constatou-se, no presente estudo, que a partir do momento em que desenvolve uma práxis dialógica e emancipadora, que envolve desde os processos de amadurecimento do grupo na pró-

pria rotina da cooperativa até o apoio aos/as cooperados/as no seu desenvolvimento rumo ao nível de consciência crítica, a profissional entrevistada consegue visualizar sua intervenção como contribuição importante para os avanços das cooperativas, principalmente no que se refere aos procedimentos de autogestão e democracia participativa.

Na quarta categoria, procura-se avaliar o quanto os/as associados/as das cooperativas habitacionais conhecem os princípios do cooperativismo e os praticam em seus empreendimentos, bem como perceber o nível de envolvimento da assistente social pela sua disseminação junto aos/as cooperados/as, buscando caracterizar um espaço de reflexão sobre os pontos de conexão entre os princípios fundamentais do Código de Ética Profissional do/a assistente social e os princípios do cooperativismo.

Percebe-se que os/as associados/as colocaram em prática os princípios cooperativistas em seus empreendimentos, de maneira mais intuitiva do que conceitual, formal, sistemática, depreendendo-se daí a importância das mediações pedagógicas nas cooperativas. Pode-se inferir que, mesmo através de uma educação não formal, estes assimilaram as informações repassadas pela profissional em relação aos princípios, pois inicialmente declararam não conhecê-los, para depois se aperceberem de que todos eles estavam

presentes no seu cotidiano de associado/a de um empreendimento coletivo.

Finalizando, retoma-se aqui a possível conexão entre os princípios do cooperativismo e os princípios do código de ética do/a assistente social. Sendo simultaneamente, uma associação de pessoas, em sua dimensão social, com interesses e necessidades em sua dimensão econômica, as cooperativas são empreendimentos que devem estar, prioritariamente, em busca da satisfação destas carências, assegurando mais qualidade de vida e dignidade para seus/as associados/as, na distribuição equitativa dos resultados, na perspectiva da autogestão, na horizontalidade e transparência das relações, embora deva existir, concomitantemente, uma preocupação com sua viabilidade econômica.

Dessa forma, vislumbra-se nos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional do/a Assistente Social¹⁸ a dimensão que liga, fundamentalmente, a profissão ao cooperativismo, na medida em que a categoria tem como princípios fundantes de sua práxis, a liberdade e a justiça social, além da democracia como único padrão de organização político social capaz de assegurar a explicitação dos valores essenciais da liberdade e da equidade e que permite ultrapassar os limites impostos pelo sistema capitalista à plena cidadania, a garantia dos direitos individuais e sociais, e às tentativas de autonomia, autogestão e controle social.

¹⁸ CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Resolução n.273/93, de 13 de março de 1993, com alterações introduzidas pelas resoluções CFESS 290/94 e 293/94.

Considerações finais

Cooperativismo Habitacional e Serviço Social: universos em convergência?

*Se pudesse desejar-me algo, não pediria riquezas ou poder, somente a paixão da possibilidade.
Me desejaria apenas um olho eternamente jovem, ardendo eternamente
com a exigência de ver a possibilidade.*
Sören Kierkegaard

Aos seres humanos, é dado viver em um sistema de inter-relações, enraizados numa dimensão concreta e histórica, mas, ao mesmo tempo, abertos a possibilidades e desejos. Cabe-lhes a responsabilidade e o desafio de sintetizar, de forma harmônica, estas duas dimensões, dando e recebendo, articulando as relações com o meio e a natureza, as paixões com as limitações e contradições inerentes ao ser humano.

É de sua responsabilidade identificar-se com uma ou outra dimensão, mas, principalmente, escutar os desafios da realidade, na busca por decisões que não permitam que sejam reduzidos, no contexto da realidade atual, a seres subordinados aos vários interesses econômicos e de dominação globalizados, sem protestos ou resistências.

Somos resultado de nossas escolhas, de nossa superação; essa é a nossa dimensão de liberdade e transcendência. Entretanto, ela não nos é dada *a priori* – temos que conquistá-la –; somos, segundo Leonardo Boff, *seres de protest-ação*. Somos singulares enquanto seres sociais capazes de criar utopia, ver o real transfigurado, da mesma forma que nossa estrutura de base é o desejo. Por vezes, ingenuamente, deixamo-nos manipular pelo *marketing*, pelo mercado globalizado, por todos aqueles mecanismos que nos transformam em consumidores vorazes e alienados, presas fáceis do sistema capitalista.

Acredita-se, contudo, que, baseados/as na solidariedade e na convergência de ideais, pode-se sempre romper com as situações de dominação e exclusão a que se é submetido/a e, embora se seja determinado/a culturalmente, pode-se, de forma dialética, ter consciência desse determinismo e desencadear ações transformadoras da realidade em que se vive.

É através do movimento de transcendência que o ser humano suplanta a si mesmo e aos obstáculos. Na busca pela liberdade, pela capacidade de superação das condições de imanência e subordinação, deve-se resistir e protestar, buscar caminhos para a libertação. Enquanto não assume, verdadeiramente, o rumo da sua vida, como sujeito histórico em permanente construção, rompendo com os limites, estará sempre aprisionado em situações sociais em que se é mais escolhido do que se escolhe, e onde a insegurança e a rotina estarão sempre presentes, pois se tem medo de romper com a realidade e do que isso poderá desencadear na sua vida.

Sabe-se que, historicamente, os direitos estão em constante evolução e, hoje em dia, já se reconhece que devem valer para todas as pessoas e que o conjunto deles garante a vida e a dignidade de homens, mulheres, crianças e idosos/as: saúde, educação, sexualidade e reprodução, trabalho,

capacitação e oportunidades de emprego, viver sem discriminação, violência ou tortura, direito à integridade ambiental, à riqueza natural e à justiça social são alguns dos aspectos que garantem a igualdade de oportunidade, com respeito às características e diferenças de cada um/a.

A concepção e fundamento de que todos/as são iguais perante a lei traz em si a necessidade de um complemento essencial, a inclusão dos despossuídos de cidadania. Cidadania essa que supõe direitos civis e políticos iguais e completos onde todos/as estão incluídos/as, pois a desigualdade e a exclusão contemporâneas imbricam, ainda, nas questões de gênero, classe e etnia.

Em suma, é tudo isso o que compromete o/a assistente social, em harmonia com o projeto ético-político da profissão, com as classes menos favorecidas, com os/as trabalhadores/as, com os/as excluídos/as da cidadania, na busca constante por sua autonomia, emancipação e plena expansão como indivíduos sociais.

As mutações que ocorrem atualmente na sociedade contemporânea abrem novos caminhos e desafios para a cidadania e emancipação social. As desigualdades, a miséria, a pobreza e a exclusão social, decorrentes das mudanças no mundo globalizado, geram novas contradições e conflitos que se impõem, sobremaneira, aos movimentos sociais e às ações coletivas transformadoras.

Neste contexto, não basta à assistente social fazer opções contra o estabelecido, sem estar instrumentalizado para apresentar respostas eficazes às novas demandas que estão surgindo. Naturalizar uma realidade significa aceitá-la como a única possível, sem alternativas ou possibilidade de mudanças.

As iniciativas, que se contrapõem a tais tentativas de naturalização da sociedade – entre elas o cooperativismo – podem representar um passo a mais para a consolidação de “um outro mundo possível”, com mais igualdade e justiça social e, por isso, é mister que possam ser pesquisadas e analisadas, no sentido de representarem uma possibilidade real de transformação social.

Conforme se pode perceber nos princípios do cooperativismo descritos anteriormente, espe-

ra-se que a cooperativa seja um espaço onde ocorra a troca, a socialização e a democratização das informações, baseada não num mero repasse, mas num processo reflexivo e de difusão de uma consciência mais crítica e emancipadora, no fortalecimento da cidadania e da identidade do grupo, bem como no desenvolvimento sustentável da comunidade em que está inserida, em sintonia com o projeto ético-político dos/as assistentes sociais.

Assim, como profissão eminentemente interventiva, o Serviço Social busca estratégias para a emancipação, na perspectiva cultural-educativa, transformadora de uma sociedade, onde novos homens e novas mulheres possam colocar em prática, em suas relações interpessoais e sociais, os valores de uma cultura da solidariedade, da autogestão e da co-responsabilidade.

Tais valores parecem ser fundamentais nas cooperativas habitacionais, na medida em que seus/suas associados/as precisam criar bases materiais que permitam o desenvolvimento dos potenciais humanos, econômicos e sociais, de forma ao mesmo tempo autogestionária e solidária.

Neste estudo, analisando as entrevistas, pode-se perceber que tanto os/as integrantes da Cooperativa A quanto os/as da Cooperativa B – que não conta mais com o trabalho da assistente social – são capazes de perceber e valorizar a atuação desta profissional no segmento habitacional. Em vários momentos isso fica evidenciado, principalmente no que se refere à mediação de conflitos relacionais, organização, autogestão e autonomia. Isso porque o ser humano parte da sua singularidade para a consciência humano-genérica a partir de alguma exigência social.

As atividades propiciadoras da conexão dos indivíduos com o gênero humano explicitam capacidades como: criatividade, escolha consciente, deliberação em face de conflitos entre motivações singulares e humano-genéricas, vinculação consciente com projeto que remetem ao humano-genérico, superação de preconceitos, participação cívica e política. Todas elas estão vinculadas com valores; a maior parte exemplifica a capacidade ética do ser social (BARROCO, 2001, p. 42).

No caso do cooperativismo habitacional, particularmente, cada associado/a necessita abdicar

de alguns de seus interesses pessoais em prol do bem coletivo, o que nem sempre é fácil, mas pode ser trabalhado. Embora exista uma grande força da instância econômica, segundo Marx e Engels (1982, p. 547-549), existe uma relação recíproca entre todas as instâncias da vida social, uma relação dialética entre o sujeito e o objeto, que permite ao ser humano assumir seu compromisso de sujeito da história, apesar de todos os seus condicionamentos.

Entretanto, no caso das cooperativas habitacionais estudadas, considera-se que poderia ser buscada, de forma mais incisiva, através de um processo educacional dialético e inovador, que contemplasse um maior investimento nos princípios do cooperativismo – adesão livre e voluntária, gestão democrática, participação econômica dos membros, autonomia e independência, educação, formação e informação, intercooperação e interesse pela comunidade – uma perspectiva de valorização de cada associado/a, o resgate de sua dignidade, auto-estima e qualidade de vida.

Também seria importante a potencialização de sua inserção na cooperativa, através do auto-reconhecimento de seu papel, não apenas como sócio/a, mas como dono/a de um empreendimento que têm uma perspectiva social intrínseca, muito além da econômica e financeira, uma vez que também envolve o desenvolvimento da comunidade em que está inserida, a preservação ambiental, a articulação política e a mobilização coletiva, entre outros fatores propulsores de crescimento individual e grupal.

Nesta concepção, vislumbram-se possibilidades de que tais perspectivas possam ser fortalecedoras do sentimento de pertença dos/as associados/as e de suas famílias, à medida que se percebam, também, como membros e gestores/as, democraticamente participativos, informados/as e comprometidos/as com o empreendimento em sua totalidade e com o território do entorno.

Faz-se necessário destacar que estas são algumas sugestões, lançadas a partir das percepções obtidas no decorrer da realização deste trabalho e que, em sua análise, podem não ter contemplado a riqueza do material recolhido na pesquisa reali-

zada, o que poderá ser potencializado e socializado por outros meios, bem como servir de estímulo para estudos e apreciações por parte de outros/as pesquisadores/as, em sintonia com o projeto ético-político da profissão do/a assistente social.

Como contribuição para a continuidade das pesquisas junto a esse importante segmento cooperativo, propõe-se a socialização do presente estudo, tanto junto ao público pesquisado, aos integrantes da Associação das Cooperativas Habitacionais de Bento Gonçalves, e aos integrantes das diretorias das duas cooperativas habitacionais – que tão gentilmente nos facilitaram acesso ao seu banco de dados –, como também, junto ao Curso de Serviço Social e outros segmentos da Unisinos, em caráter multidisciplinar, interessados nos vários aspectos relacionados ao cooperativismo.

Finalizando, sugere-se a divulgação, em forma de artigo a ser publicado em revista especializada, dos resultados da pesquisa, com o intuito de colaborar na mudança de atitudes e no enfrentamento das questões relacionadas ao cooperativismo e sua interface com o Serviço Social, numa perspectiva emancipatória e de potencial inovador, na criação de novas relações sociais cotidianas.

Esse estudo não aspira a ser conclusivo, nem encerrar as indagações em torno de um tema tão vibrante, rico e dinâmico como o cooperativismo na perspectiva de transformação da sociedade e sua interface com o Serviço Social. Sua realização foi de extrema importância para o fechamento do Curso de Especialização em Cooperativismo – CESCOOP XXVIII, da Unisinos, por proporcionar a visualização do processo de pesquisa como instrumento da profissão, e por possibilitar, antes de tudo, compreender. E compreender, segundo Arendt (1975, s.p), que

[...] não significa negar nos fatos o chocante, eliminar deles o inaudito, ou explicar fenômenos, utilizando-se de analogias e generalidades que diminuam o impacto da realidade e o choque da experiência. Significa, antes de mais nada, examinar e suportar conscientemente o fardo que nosso século colocou sobre nós, sem negar sua existência, nem vergar humildemente ao seu peso.

Compreender significa, em suma, encarar a realidade sem preconceitos e com atenção – e resistir a ela – qualquer que seja.

Embora não se pretenda desenvolver argumentações de caráter generalizante, é possível lançar a ideia de que as unidades estudadas refletem, de maneira significativa, os/as associados/as de duas Cooperativas Habitacionais, localizadas na cidade de Bento Gonçalves, RS.

É possível, também, a partir dos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional do/a Assistente Social, dos seus valores fundantes – liberdade e justiça social –, e de seu valor ético-político central – a democracia, garantido-

ra do desenvolvimento pleno da cidadania, da emancipação e da autonomia dos atores sociais, reafirmar o compromisso do agir profissional dos/as assistentes sociais, referenciado em ideais igualitários e libertários, como protagonistas na luta pela construção de um novo projeto societário, um “outro mundo possível”, organicamente conectado com os desafios e perspectivas do cooperativismo, ressignificado em um movimento social cuja agenda de lutas inclua o enfrentamento da questão social em suas múltiplas e perversas expressões, tão relevantes na contemporaneidade, e nas alternativas para fazer frente a essa realidade.

Referências bibliográficas

- ABREU, Marina Maciel. CARDOSO, Franci Gomes. RIBEIRO, Maria Aparecida Andrade Fernandes. Movimentos Populares. Algumas questões emergentes na constituição de sujeitos coletivos. *Serviço Social e Sociedade*, n. 39, São Paulo: Cortez, agosto de 1992.
- ABREU, Marina Maciel. *O Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. São Paulo: Cortez, 2002.
- ACI en las Américas. *Una agenda para el futuro*. [s.L.]: [s.N.], 1994.
- ALBORNOZ, Suzana. *O que é trabalho*. Coleção Primeiros Passos. Vol. 13. São Paulo: Círculo do Livro, S/D. p. 11-65.
- ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. Reflexões sobre contemporaneidade, educação e agir Cooperativo. In: SCHNEIDER, José Odelso (Org.). *Educação Cooperativa e suas práticas*. Brasília: SESCOOP, 2003.
- ALVAREZ, Gustavo A. C. *Movimentos sociais urbanos e a luta pela moradia: a experiência uruguaia*. Londrina: Programa de Mestrado em Ciências Sociais do CCH da Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <<http://www.geocities.com/politicausp/M3-Alvarez.doc>>. Acesso em: 22 set. 2008.
- ALVES, André Gustavo de Miranda Pineli. *As cooperativas agropecuárias e o BRDE: histórico, situação atual e perspectivas*. Porto Alegre: Brde, 2003.
- ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. *Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Editora Documentário, 1975.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. *Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social*, Rio de Janeiro, 1996.
- BARROCO, Maria Lucia Silva. *Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos*. São Paulo: Cortez, 2001.
- BAUER, Martin W. GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BORDENAVE, Juan E. Díaz. *O que é participação*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- BORGES, Cláudia Maria Moura. Gestão Participativa em Organizações de Idosos: Instrumento para a promoção da cidadania. In: FREITAS, Elizabeth Viana de (et.al). *Tratado de Geriatria e Gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2002. p. 1037-1041.
- CARDOSO, F. G. e MACIEL, M. Mobilização social e práticas educativas. Capacitação em Serviço Social e política social. *Módulo 4: O trabalho do Assistente Social e as políticas sociais*. Brasília: CEAD, UnB, 2000. p. 141-150.
- CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de. SILVA, Maria Ozanira da Silva (Org.). *Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2005.
- CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. *Resolução n.273/93*, de 13 de março de 1993, com alterações introduzidas pelas resoluções CFESS 290/94 e 293/94.
- CHAUI, Marilena. *Convite à filosofia*. 13. ed. São Paulo: Ática, 2003.
- CORTELLA, Mário Sérgio. O espaço da ética na relação indivíduo e sociedade. In: *Serviço Social e Ética: Convite a uma nova práxis*/Dilseca A. Bonetti (org.)...[et al] – 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 49-59.
- DAGNINO, Evelina (Org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. In: Simpósio Anual de Ciência Política. (Campinas, 1993) São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.
- DEMO, Pedro. *Saber pensar*. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000. (Guia da escola Cidadã, v. 6)
- _____. *Cidadania pequena: fragilidades e desafios do associativismo no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2001.
- DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO. Cooperativismo, um importante instrumento de habitação. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1996.
- DRIMER, Alicia Kaplan. DRIMER, Bernardo. *Las cooperativas: Fundamentos, História, Doctrina*. 3. ed. Buenos Aires: Intercoop, 1981.
- DUARTE, Eloísa. WARNAVA, Luciane. Assessoria do serviço social e capacitação à prática do cooperativismo. In: *Vivências*. Revista eletrônica de Extensão da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (RS) – URI, V.1, N.2, Erechim, RS: EdiURI, 2006.
- FERRARI, Márcio. “O pesquisador da desigualdade em sala de aula”, *Revista Nova Escola*, n. 198, ano XXI, São Paulo, Abril, dez. 2006, p. 59-62.
- FREIRE, Lúcia M.B. *O serviço social na reestruturação produtiva: espaços, programas e trabalho profissional*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, estudo com base nos dados da PNAD – *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE*, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 2006, divulgado em novembro de 2007.
- GADOTTI, Moacir. *A questão da Educação Formal/Não-Formal*. INSTITUT INTERNATIONAL DES DROITS DE L'ENFANT (IDE) *Droit à l'éducation: solution à tous les problèmes ou problème sans solution?* Sion (Suisse), 18 au 22 octobre 2005.
- GENTILLI, Raquel de Matos Lopes. *Representações e práticas: identidade e processo de trabalho no Serviço Social*. São Paulo: Veras, 1998.
- GOERCK, Caroline. Serviço Social e experiências de Economia Popular Solidária: um novo espaço de trabalho aos assistentes sociais. In: *Revista Virtual Textos & Contextos*, nº 5, nov. 2006.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1988.
- _____. *Sociedade Civil no Brasil – Conceito e sujeitos atuantes*. In: Caderno Ideação: Políticas Sociais para um novo mundo necessário e possível. POA: II FSM, 2002.
- GUATTARI, Felix. ROLNIK, Sueli. *Cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1995.
- GUTIERREZ F. e PRIETO, D. *A mediação pedagógica*. Campinas, SP: Papirus, 1994.
- IAMAMOTO, Marilda V. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.
- _____. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: *Revista Em Questão*. Atribuições Privativas do/a Assistente Social. CFESS, 2001.
- _____. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação orofissional*. São Paulo: Cortez, 2003.
- IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*, 2006.
- MAX Weber: A ética protestante e o “espírito” do capitalismo cem anos depois. *IHU On-Line*, n.101. São Leopoldo: Unisinos, 17 maio de 2004.
- INFORMATIVO DAS COOPERATIVAS HABITACIONAIS DE BENTO GONÇALVES. nº 1, agosto de 2007.
- LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal/ Lógica dialética*. Trad. Carlos N. Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- LUZ, Lucas Henrique da. *Cooperativismo de Trabalho: Avanço ou precarização?* Um estudo de caso. *Cadernos IHU*, n. 20. São Leopoldo: Unisinos, 2007.
- LUZ, Lucas Henrique da. FAGGION, Gilberto. *Elaboração de Projetos de Intervenção em Organizações Cooperativas*. Sub-sídio utilizado na disciplina com o mesmo nome, no CESCOOP XXVIII. São Leopoldo: Unisinos, 2007.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. Lisboa: Avante, 1982.
- MORAES, João Quartim de. apud Francisco Alambert. In: O retorno do Espectro, *Revista Cult*, n. 61, set. 2002.
- MUNHOZ, Divanir Eulália Naréssi. A natureza do conhecimento orientador da prática do assistente social frente aos desafios do cotidiano. *Revista Emancipação*. Departamento de Serviço Social. n. 1, ano 1, PG: Universidade de Ponta Grossa, 2001.
- MURARO, Rose Marie; BOFF, Leonardo. *Feminino e masculino: uma nova consciência para o encontro das diferenças*. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1992.
- _____. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- MINAYO, M. C. S; HARTZ, Z. M. A; BUSS, P. M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. *Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 5, nº 1, p. 7 – 18, 2000.
- NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1990.
- _____. A construção do projeto ético político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais: capacitação em Serviço Social e Política social. CFESS, ABEPSS, CEAD, UnB, p.92/110, 1999.
- NEUMANN, Laurício. *Contextualização da Crise de Valores e o Papel da Universidade*. In: Sub-sídio para a Disciplina de Ética Geral. São Leopoldo: Unisinos, 2003/1.
- OCB/DENACOOP. Anuário do Cooperativismo Brasileiro (1990-1997)
- PAIVA, Beatriz Augusto e SALES, Mione Apolinário. A nova ética profissional: praxis e princípios. In: BONETTI, Dilséa Adeodata et al (Orgs.). *Serviço Social e Ética*. São Paulo: Cortez/CFESS, 1996. p. 175-208.
- PASTORE. José Eduardo Gibello. *O déficit habitacional*. Disponível em: <<http://www.brasilcooperativo.com.br>>. Acesso em: 01 abr. 2008.
- PERIUS, Vergílio. Cooperativas Habitacionais: Lei e Praxis. In: *Cadernos CEDOPE*. Cooperativismo e Desenvolvimento. n.11. São Leopoldo: Unisinos, 1994.
- PICHON-RIVIÈRE, Enrique. *Grupos familiares: um enfoque operativo*. Tradução de Marco A..F.Velloso, São Paulo: Martins Fontes, 1998.

- PINHO, Diva Benevides. *Economia e cooperativismo*. São Paulo: Saraiva, 1977, p.89-118.
- PINHO, Diva Benevides. *Cooperativas e desenvolvimento econômico*. São Paulo: s.e., 1966.
- POCHMANN, Márcio. *O trabalho sob fogo cruzado: Exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo: Contexto, 1999.
- _____. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- _____. Desemprego desigual. *Ciência Hoje*, São Paulo, v. 36, n. 216, p. 38-43, jun. 2005.
- ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. *Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- SALLES, Ygor. Déficit habitacional fica em 8 milhões de residências em 2006. *Folha Online*. Disponível em: <http://www.conam.org.br/deficit_habitacional.html>. Acesso em: 23 nov. 2007.
- SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SCHNEIDER, José Odelso. *As origens do cooperativismo moderno*. Compêndio de Cooperativismo UNIMED. Porto Alegre: WS Editor, 1998.
- _____. *Democracia, participação e autonomia cooperativa*. 2. ed. São Leopoldo: Unisinos, 1999.
- _____. Pressupostos da educação cooperativa: a visão de sistematizadores da doutrina do cooperativismo. In: SCHNEIDER, José Odelso (Org.). *Educação Cooperativa e suas práticas*. Brasília: SESCOOP, 2003.
- SCHNEIDER, José Odelso; KONZEN, Otto Guilherme. Breve histórico do cooperativismo no Brasil e no mundo. *Cadernos CEDOPE: Série Cooperativismo e Desenvolvimento Rural e Urbano*, São Leopoldo, v. 11, n. 19, p. 12-17, 2000.
- SCHNEIDER, José Odelso. LAUSCHNER, Roque. Evolução e situação atual do cooperativismo brasileiro. *Perspectiva Econômica*. vol. 10, n. 24. Série Cooperativismo 5. São Leopoldo: Unisinos, 1980. p. 7-98.
- SILVA, Maria Ozanira Silva e. *O Serviço Social e o popular: resgate teórico metodológico do projeto profissional de ruptura*. São Paulo: Editora Cortez, 1995, p. 44-77.
- SILVA, Ademir Alves da. *Política social e cooperativas habitacionais*. São Paulo: Cortez, 1992.
- SIMÕES, Carlos. A ética das profissões. In: *Serviço Social e Ética: Convite a uma nova práxis*/Dilsea A. Bonetti (org.)...[et al] – 5 ed. São Paulo: Cortez, 2003. p.60-70
- SOUZA, Maria Teresa Xavier. O programa de Cooperativas Habitacionais do BNH: o cooperativismo inventado. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.
- TORRES, Zélia. *A ação social dos grupos*. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.
- VIANA, Valdilene. Cooperativismo: Uma experiência de geração de Renda e Reinclusão Social no Município de Bezerros. Serra Negra: Núcleo de Saúde Pública/CCS/UFPE. Disponível em: <www.race.nuca.ie.ufrj.br/abet/3reg/30.DO>.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- YIN, Roberto K. *Estudo de caso: planejamento e método*. Trad. Daniel Grassi. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.



Célia Maria Teixeira Severo nasceu em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul.

É graduada em Serviço Social, pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, instituição onde realizou, também, o Curso de Especialização em Cooperativismo – CESCOOP XXVIII.

Participou, como coordenadora adjunta pela Unisinos, do Projeto da III Fase do Mapeamento para Ampliação da Base de Dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), no Rio Grande do Sul.

Atualmente, atua como técnica no Programa Tecnologias Sociais para Empreendimentos Solidários – Tecnosociais, a incubadora de cooperativas e grupos solidários de geração de trabalho e renda da Unisinos.